



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
CAMPUS DE CUIABÁ

LAURA YULE DE ALENCAR ALCANTARA

**O ALUNO COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS DE  
DESENVOLVIMENTO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA:  
ASPECTOS PEDAGÓGICOS PARA AÇÃO COLABORATIVA DO  
CAD**

Cuiabá - MT  
2024

LAURA YULE DE ALENCAR ALCANTARA

**O ALUNO COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS DE  
DESENVOLVIMENTO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA:  
ASPECTOS PEDAGÓGICOS PARA AÇÃO COLABORATIVA DO  
CAD**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação Física.

Área de Concentração: Educação Física Escolar.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani

Cuiabá- MT

2024



## Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

A347a Alcantara, Laura Yule de Alencar.  
O aluno com deficiência e transtornos de desenvolvimento nas aulas de educação física [recurso eletrônico] : Aspectos pedagógicos para ação colaborativa do CAD. / Laura Yule de Alencar Alcantara. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 73 f., pdf). -- 2024.

Orientadora: Marcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Cuiabá, 2024.  
Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.  
Inclui bibliografia.

1. Educação Física. 2. Educação Física Escolar. 3. Inclusão. 4. Cuidador do aluno com deficiência. I. Coffani, Marcia Cristina Rodrigues da Silva, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PROEF

#### FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÍTULO:** O ALUNO COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS DE DESENVOLVIMENTO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: ASPECTOS PEDAGÓGICOS PARA AÇÃO COLABORATIVA DO CAD

**AUTORA:** MESTRANDA: LAURA YULE DE ALENCAR ALCANTARA

Dissertação defendida e aprovada em 26 de novembro de 2024.

#### COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Marcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani (Presidente da Banca e Orientadora)

Profª. Dra. Michele Pereira de Souza da Fonseca (Examinadora Externa)

Profª. Dra. Ana Carrilho Romero Grunennvaldt (Examinadora Interna)

Prof. Dr. Evando Carlos Moreira (Examinador Suplente)

Profª. Dra. Juliana Aparecida de Paula Schüller (Examinadora Suplente)

Cuiabá, 26 de novembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA COFFANI**, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso, em 26/11/2024, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA CARRILHO ROMERO GRUNENNVALDT**, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso, em 26/11/2024, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Michele Pereira de Souza da Fonseca**, Usuário Externo, em 26/11/2024, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufmt.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **7414497** e o código CRC **DF4CE7F5**.



Dedico este trabalho a toda família que tenha em seu núcleo algum integrante com deficiência e que necessite de apoio, cuidado e carinho no curso de sua trajetória escolar. Decido, ainda, a todo professor que tenha no ofício de ensinar o sonho de ver o mundo mais inclusivo, diverso e sem preconceitos.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus, pela oportunidade de cursar o mestrado após algumas tentativas de realizar esse sonho, e com a certeza de que se minha mãe ainda estivesse entre nós estaria mais feliz, assim como eu, nessa realização.

À minha família, Philipe meu marido, Elisa minha mocinha que compreendeu as vezes que estive ausente para me dedicar aos estudos, e meu bebê Guilherme, que resolveu chegar no meio dessa trajetória e precisou me acompanhar nas aulas presenciais, o que, com toda certeza, fez a diferença e me dar forças para continuar.

À Secretaria Municipal de Educação, por autorizar o projeto, pois desde sempre foi o meu sonho: estudar e aprender ainda mais com o aprendizado de crianças que necessitam de uma atenção diferenciada para que tenham seu aprendizado garantido.

Aos gestores da EMEB Silva Freire ao qual eu fiz parte e que, mesmo não fazendo mais, me estenderam os braços e autorizaram que meu projeto fosse feito naquele espaço, assim como aos professores, CADs e pais que participaram da minha pesquisa. Sem vocês isso não seria possível, e a partir dela espero poder fazer a diferença na vida dos alunos que poderão se beneficiar dos resultados alcançados com o projeto.

À Capes/PROEB – Programa de Educação Básica, pelo oferecimento do Programa de Pós-Graduação em Educação Física em Rede Nacional – ProEF.

“Quando a pessoa com deficiência é incluída, uma rede de inclusões acontece a sua volta. É a família que não se isola e não toma somente para si a responsabilidade, é a escola que se volta para novas discussões, é o exemplo que fica para cada um de nós”.

Rossana Ramos, 2023.

## RESUMO

Este estudo foi acerca das funções do CAD (cuidador de aluno com deficiência) ou AT (atendente terapêutico), no sentido de aferir se no auxílio e desenvolvimento das atividades propostas pelos professores de Educação Física nas aulas foi observado o desenvolvimento integral do aluno com deficiência ou transtornos de desenvolvimento. O objetivo principal foi compreender a importância da participação do CAD no auxílio do aluno com deficiência ou transtornos de desenvolvimento para garantia efetiva do seu desenvolvimento integral a partir da participação nas aulas de Educação Física no contexto escolar. A metodologia do estudo é de abordagem qualitativa. Os instrumentos de coleta de dados foram: a realização de entrevistas de forma individual, agendada previamente com cada aluno e sua família; grupo focal com os professores de Educação Física, equipe pedagógica e os CADs envolvidos da Escola Municipal de Educação Básica Silva Freire, município de Cuiabá- MT, onde foram identificados e compartilhados os benefícios atingidos através da participação e vivência do aluno das práticas pedagógicas com o auxílio do CAD. O estudo aponta, como resultados das análises, o fato de a equipe envolvida no projeto ter debatido formas de facilitar a rotina do CAD assim como dos professores e famílias envolvidas, gerando maior aprendizado e aproveitamento nas aulas e na rotina escolar.

**Palavras-chave:** Educação Física Escolar. Inclusão. Cuidador do aluno com deficiência.

## ABSTRACT

This study was developed in order to understand the importance of valuing the functions of the CSD (caregiver of students with disabilities) or TA (therapeutic attendant), in assisting and developing the activities proposed by Physical Education teachers in classes, in order to work on the integral development of students with disabilities or developmental disorders. The main objective was to understand the importance of CSD's participation in helping students with disabilities or developmental disorders to effectively guarantee their integral development through participation in Physical Education classes in the school context. The study methodology is a qualitative approach. The data collection instrument was individual interviews, previously scheduled with each student and their family, a focus group with Physical Education teachers, the pedagogical team and the CSDs involved, from the Municipal School of Basic Education Silva Freire, in Cuiabá-MT, with the intention of identifying and sharing the benefits achieved in Physical Education classes based on the student's participation and experience of pedagogical practices with the help of CSD. The study points out as results of the analysis, the fact that the team involved in the project debated ways to facilitate the routine of the CSD as well as the teachers and families involved, creating a greater learning experience and more enjoyment in classes and in the school routine.

**Keywords:** School Physical Education. Inclusion. Caregiver of students with a disability.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AT** Atendente terapêutico  
**BNCC** Base Nacional Comum Curricular  
**CAD** Cuidador de aluno com deficiência  
**CDPD** Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência  
**CNE** Conselho Nacional de Educação  
**EDF** Educação Física  
**GTT** Grupo de Trabalho Temático  
**INEP** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas  
**LDB** Lei de Diretrizes e Bases  
**MEC** Ministério da Educação  
**PCN** Parâmetros Curriculares Nacionais  
**PNE** Plano Nacional de Educação  
**PROEF** Programa de Mestrado Profissional Educação Física em Rede Nacional  
**UFMT** Universidade Federal de Mato Grosso

## SUMÁRIO

<b>Minha história</b>	<b>13</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>1.1 Produto educacional</b>	<b>20</b>
<b>2. Marco Teórico</b>	<b>21</b>
<b>2.1 Das leis que garantem a inclusão e o acesso à educação</b>	<b>21</b>
<b>2.2 Incluir para desenvolver</b>	<b>28</b>
<b>2.3 A importância do acesso à educação física para o aluno com deficiência e transtornos de desenvolvimento</b>	<b>32</b>
<b>3. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA</b>	<b>38</b>
<b>3.1 Universo da pesquisa</b>	<b>38</b>
<b>3.2 Participantes</b>	<b>38</b>
<b>3.3 Materiais e métodos</b>	<b>39</b>
<b>3.4 Procedimentos para a Coleta de Dados</b>	<b>40</b>
<b>3.5 Roteiro base para entrevista</b>	<b>41</b>
<b>3.6 Aspectos Éticos</b>	<b>42</b>
<b>3.7 Critérios de exclusão e inclusão</b>	<b>41</b>
<b>3.8 Procedimento para análise dos dados</b>	<b>42</b>
<b>4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS</b>	<b>43</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO</b>	<b>58</b>
<b>APÊNDICE B - CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PESQUISA</b>	<b>60</b>
<b>APÊNDICE C - SOLICITAÇÃO PARA COLETA DE DADOS</b>	

<b>APÊNDICE D - ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Para preenchimento do estudante, caso apto)</b>	<b>62</b>
<b>APÊNDICE E - CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Para preenchimento dos pais ou responsáveis pelo estudante)</b>	<b>64</b>
<b>APÊNDICE F - CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Para preenchimento dos professores e CADs participantes da pesquisa)</b>	<b>67 70</b>
<b>ANEXO A - Número de alunos matriculados na Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá - 2023</b>	<b>73</b>

## Minha história

Eu nasci em Cuiabá, no ano de 1986, filha de pais cuiabanos. Nunca saí da cidade para morar em outras e nunca ao menos senti vontade na infância, pois sempre soube que iria e quis construir minha vida aqui, eu, meus pais e dois irmãos. Estudei a maior parte da minha vida em escola católica e sempre tive muito carinho e respeito pelos meus professores, o que me fez escolher ser professora. De início não imaginava do que, mas sabia o que queria. Desde as brincadeiras com os primos, o quadro negro que tinha na casa da minha avó era minha alegria e na época o giz era a maior diversão para os finais de semana.

Ainda na escola, me vi encantada pela professora Inês, uma professora querida e apaixonante de educação física que levo no coração até hoje, e graças as redes sociais ainda temos contato. Em 2021, quando assumi o concurso da prefeitura, descobri que iríamos trabalhar na mesma escola, o que me deixou ainda mais feliz.

Voltando a minha história, quando ainda era estudante, na escola sempre fui assídua nas aulas de Educação Física, fazia questão de participar de todas as modalidades nas olimpíadas escolares, mas sempre tive muita facilidade e gosto pela leitura e escrita. Enquanto estava no ensino fundamental, minha irmã se formava em Educação Física na UFMT, o que me trouxe mais proximidade para o curso. Saía dos treinos de vôlei da escola e ia direto para a academia em que minha irmã trabalhava, fazia todas as aulas de ginástica dela e íamos embora juntas para casa por volta das 21 horas. Essa rotina me encantava e eu começava ali a me aproximar ainda mais do curso por intermédio dela.

Ao final do ensino médio, tive que fazer minha primeira opção para o vestibular, e pelo apreço pela escrita e leitura minha primeira opção foi jornalismo. Era muito nova para escolher, aos 17 anos ainda muito imatura, mas parecia ser algo legal. No primeiro vestibular não tive sucesso, mas vi a oportunidade de iniciar o curso de Letras em uma universidade particular,

seguindo a ideia de que gostar muito de escrever e ler poderiam ser de fato muito interessante para o curso. No primeiro semestre, tive algumas decepções, e por ser particular, o salário baixo que recebia por trabalhar em uma assistência técnica de celular mal dava para pagar livros, xerox, entre outros. Veio, assim, o desânimo e a vontade de fazer um cursinho pré-vestibular para tentar novamente o vestibular da UFMT.

Em meio às decisões que pairavam na cabeça de uma menina de pouco mais de 18 anos, minha irmã me sugeriu o curso de Educação Física. Repetindo das palavras dela, *“você sempre gostou de esporte, sempre foi assídua na academia, por que não tenta?”*. As falas dela me instigaram e confesso que me vi feliz com a possibilidade. Em princípio, tive muita resposta negativa vinda dos meus pais, sempre dizendo que jamais daria conta, que nunca seria como ela, que jamais teria o pique dela para levar a profissão que ela escolheu, mas apesar da ideia de fazer o mesmo curso, na minha cabeça não vinha a rotina dela de academia e personal. A princípio, só vinham as boas lembranças da Educação Física escolar que tive na infância e adolescência, a delícia que eram as aulas e como eu gostava de estar ali.

Fiz o vestibular em meio a momentos bem turbulentos em família, e quando saiu o resultado que havia passado, ao menos vi alegria nos olhos dos meus pais, com muito custo recebi um *“meus parabéns”* apenas da minha mãe, mas minha alegria naquele momento superou tudo. Estava entrando em uma universidade federal e a minha felicidade era maior que qualquer estresse familiar. Na época recebi grande apoio de minha irmã, meu namorado e da família dele.

Ao começar as aulas, a cada dia me encantava mais com as disciplinas e com a universidade, tendo em mente que iria me direcionar para a Educação Física Escolar. Enquanto estudava, trabalhei em alguns empregos que não tinham nada relacionado a faculdade, quando vi necessidade de ter prática e vivência na Educação Física. Mas quem daria emprego de professora em escola para uma pessoa não formada? Foi quando minha irmã me chamou para fazer alguns cursos relacionados às aulas de ginástica e musculação, pois eram

as áreas que aceitavam estagiários com facilidade. Me identifiquei muito e trabalhei com ginástica coletiva por mais de dez anos, entre o período de faculdade e depois da formatura, onde comecei também atender como *personal Trainer*.

Em 2011, recém-formada, me casei e em 2017 me tornei mãe da Elisa, hoje com quase 6 anos e é o grande motivo de querer estudar e crescer a cada dia na profissão e na vida.

Em 2015, passei no processo seletivo para trabalhar no SESC, onde continuei trabalhando em academia, mas ali tive mais vivências com a natação e atividades recreativas e psicomotoras para crianças, abrindo um pouco mais o meu leque de opções, o que acendeu uma luz para a natação infantil e adaptação ao meio líquido. A vontade de estudar era grande, mas os horários do SESC me impediam de fazer uma pós graduação, pois trabalhava todos os finais de semana. Desde recém-formada procurava uma pós graduação, mas diferente de vários colegas que saíam da faculdade para fazer fisiologia do exercício ou algo relacionado à academia e musculação, eu sempre quis conhecer e saber mais sobre o tratamento de pessoas com deficiência, pois sempre vi que essa era uma área que nenhum colega queria ou fazia questão de trabalhar. Lá em 2010, eu já procurava algo relacionado, mas só em 2019, quando sai do SESC, consegui iniciar uma pós-graduação em educação aplicada ao transtorno do espectro autista.

Saindo do SESC, minha intenção era estar mais presente na vida da minha filha que nasceu em 2017, pois, por conta dos horários de trabalho, eu chegava em casa e a encontrava dormindo, isso sem falar que precisava estudar para o concurso e finalizar a pós-graduação e em paralelo ter iniciado o trabalho com a natação infantil em aulas particulares e em uma clínica em Cuiabá. Meu maior foco eram as crianças com TEA, porém também atendia crianças com DOWN e neuro típicas. A experiência de trabalhar com o público atípico me brilhou os olhos, e ali percebi que minha vontade de saber mais sobre essa população não era em vão. Viajei para fazer cursos na área do neurodesenvolvimento do TEA, investi em formação para os atendimentos e

segui atendendo mesmo em meio a pandemia, pois minhas aulas entravam como terapia e tratamento psicomotor, o que me autorizava a usar piscinas e espaços em condomínios devido a autorizações extras que recebia para os atendimentos.

Em 2021, fui chamada no concurso para professora da Prefeitura de Cuiabá onde iniciei na escola e vivenciei a falta de assistência e atendimento aos alunos com deficiências e transtornos de aprendizagem. Mesmo tendo a presença de CAD para cada aluno, essas atendedoras não recebem treinamento para lidar com o público e, por muitas vezes, acreditam que o trabalho delas é apenas levá-los ao banheiro, o que dificulta o aprendizado, desenvolvimento e participação nas atividades. A dificuldade dos professores em lidar com uma turma com mais de 20 crianças, tendo apenas um professor e muitas vezes com 2, 3 crianças com atrasos no desenvolvimento, muitas delas sem laudo, ou quando o possuem, a prefeitura nos envia uma CAD, mas essa profissional não presta o auxílio necessário para que o aluno se desenvolva, é imensa. Dessa inquietação surgiu minha ideia de colocar isso em um projeto de pesquisa e tentar o mestrado profissional. Minhas primeiras tentativas foram o PROFEI e o PROEF, desde 2021, mas apenas no final de 2022 consegui a aprovação no PROEF, onde pretendo colocar essa proposta em prática e desenvolver futuramente um produto educacional relacionado ao tema junto a prefeitura de Cuiabá, ainda com o sonho de fazer a diferença na vida desses alunos. Ainda no início do mestrado descobri que estava grávida do Guilherme, que nasceu em dezembro de 2023, e me acompanhou nas últimas aulas presenciais, me ajudando a superar qualquer dificuldade que aparecesse até a finalização dos estudos.

Hoje dou valor às oportunidades que recebi, de estudar, me tornar funcionária pública, e hoje estar realizando o sonho de estar fazendo esse mestrado. Minha mãe, que faleceu em 2013, com certeza estaria orgulhosa da minha trajetória hoje, pois ela jamais acreditaria que a Educação Física me traria até aqui.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta um estudo referente a ação dos CADs na rotina escolar dos alunos em uma escola municipal de Cuiabá, mais precisamente nas aulas de Educação Física. Destaca-se que como o estudo foi feito por intermédio de entrevistas e um grupo focal, abriu-se espaço para discussões acerca da rotina do profissional na rotina escolar como um todo.

Um marco histórico na luta pela inclusão escolar é a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), onde o artigo 27 afirma que é dever “[...] do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”.

A educação inclusiva hoje é muito debatida, apesar de ser uma realidade recente e que ainda não é posta em prática em muitas das instituições de ensino. A dificuldade em inserir o aluno com deficiência nas atividades ainda é um ponto muito discutido, onde ainda precisam de conscientização e, principalmente, de capacitação para os profissionais da escola.

A inclusão ainda não é totalmente compreendida na comunidade escolar. No contexto específico das aulas de Educação Física, ainda há diversos obstáculos, com prejuízo à participação desses alunos nas aulas e aceitação dos pares. A inclusão desses estudantes nestas aulas exige reavaliações de valores e discursos presentes na sociedade e sua relação com o entendimento e abrangência do termo deficiência (Alves e Duarte, 2012).

A mídia apresenta situações em que matrículas de crianças com deficiência são recusadas por escolas particulares, algumas por não destinarem vagas e outras, embora com parecer favorável ao estudante, não cumprem a ordem judicial ou a própria lei, como no caso citado pelo ConJur<sup>1</sup>, site de consultoria jurídica. Na reportagem encontrada no site, foi citada uma situação no estado de São Paulo, onde

---

<sup>1</sup> Reportagem encontrada no link: <https://www.conjur.com.br/2014-fev-18/escola-privada-nao-adaptar-recusar-aluno-deficiencia>.

a mãe de uma estudante com síndrome de down teve a matrícula negada e a justiça do estado deu parecer favorável a escola, onde o relator do recurso no TJ-SP. Na decisão, o desembargador Urbano Ruiz afirmou que a garantia de atendimento especializado à crianças com deficiência está prevista no artigo 208 da Constituição, mas refere-se apenas à rede pública de ensino, sem qualquer regulamentação para instituições privadas. Diferente da rede pública que detém da obrigação de atender esses alunos e oferecer vaga na escola mais próxima da residência do mesmo, como cita a Lei n. 7.853, de 1989. A recusa da matrícula, conforme essa mesma lei, é considerada crime. Teoricamente, essa lei é para todas as instituições de ensino. Com base na LBI (2015) capítulo II, artigo 4º, toda pessoa tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhum tipo de discriminação estando indicado no Capítulo IV, artigo 28, o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.

Existe dificuldade em nivelar e manter as atividades para um aluno neurodivergente<sup>2</sup> em sala de aula aprendendo nas mesmas condições de um neurotípico<sup>3</sup> e essa dificuldade se intensifica em uma aula de Educação Física, devido a integração com aprendizado, coordenação motora e mobilidade, cujo objetivo principal é trazer ao aluno o aprendizado da cultura corporal de movimento. A assistência dos atendentes terapêuticos (AT) ou cuidador de aluno com deficiência (CAD), no caso dos alunos de rede pública, é de suma importância para o desenvolvimento da aprendizagem, em consonância com os professores e auxílio dos alunos para as atividades em grupo.

Independente da condição física e mental, somos diferentes e necessitamos de atendimento individualizado para as mais diversas atividades. Cada aluno apresenta dificuldade em uma capacidade praticada, um único professor para uma média de 25 a 30 alunos por sala e o objetivo de atendê-los e ensiná-los para que todos obtenham o mesmo aprendizado. Quando falamos de um aluno com deficiência, essa pode ser mental, física, transtornos de desenvolvimento e síndromes genéticas, e,

---

<sup>2</sup> Neurodivergente: cujo desenvolvimento neurológico é atípico, divergente, que se difere do que pode ser considerado padrão para a maioria das pessoas; neurodiverso.

<sup>3</sup> Neurotípico: termo usado para descrever indivíduos com o desenvolvimento ou funcionamento neurológico típico.

independente da condição, há a importância do atendimento individualizado por parte de um acompanhante a fim de ser o facilitador para que o aluno se desenvolva na aula, participe das atividades e seja incluído. O problema é sabermos para qual tipo de atendimento esse acompanhante está preparado. Seria apenas para levar esse aluno ao banheiro e auxiliar na alimentação e locomoção ou cabe a esse atendente o auxílio e inclusão do aluno nas mais diversas atividades pedagógicas propostas? Na realidade da nossa rotina escolar, nem todo estudante com deficiência necessita desse atendimento, mas é necessário proporcionar o direito e acesso de aprendizagem para os estudantes que precisam, entendendo sempre que cada um aprende de uma forma e respeitando-se as diferenças.

Este estudo tem como foco o debate das funções do CAD ou AT, no auxílio e desenvolvimento das atividades propostas pelos professores de Educação Física nas aulas, a fim de trabalhar o desenvolvimento integral do aluno com deficiência ou transtornos de desenvolvimento.

O objetivo principal do estudo foi compreender a importância da participação do CAD no auxílio do aluno com deficiência ou transtornos de desenvolvimento para garantia efetiva do seu desenvolvimento integral a partir da participação nas aulas de Educação Física no contexto escolar.

De forma específica, o estudo investigou: os benefícios da participação do CAD na rotina escolar do aluno; a importância da participação dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, assegurada pela presença e facilitação da participação com o auxílio direto do CAD.

Espera-se, ao final, construir um manual de boas práticas para as escolas, não só de Cuiabá, mas num contexto geral, para o CAD na rotina pedagógica das escolas, trazendo uma reflexão sobre a importância desse profissional no contexto da aprendizagem e os benefícios de tê-lo presente cada vez mais na rotina do aluno que necessita do seu atendimento.

## **1.1 Produto Educacional**

O produto educacional foi intitulado “Cartilha de boas práticas para legitimar as ações dos CADs na rotina escolar nas aulas de Educação Física”, no qual, se tem a intenção de apresentar elementos pedagógicos que servirão como facilitadores aos professores e toda comunidade escolar para inserir o CAD na rotina pedagógica, com vistas à melhoria do aprendizado do estudante com deficiência ou transtornos de desenvolvimento, garantindo a inclusão efetiva desse aluno e o seu desenvolvimento integral a partir da participação nas aulas de Educação Física no contexto escolar.

Ressalta-se a oportunidade de criar uma cartilha com base nesta pesquisa e expandir o horizonte ao ponto de conscientizar outras instituições de ensino, públicas e particulares, até mesmo de outros estados, para a necessidade de oferecer na rede de ensino esse profissional técnico ao aluno que necessite do serviço de suporte ao seu desenvolvimento no ambiente escolar, trazendo luz sobre o quanto podemos atingir as vidas dos alunos envolvidos com inclusão, participação ativa e social.

## **2 MARCO TEÓRICO**

### **2.1 DAS LEIS QUE GARANTEM A INCLUSÃO E O ACESSO A EDUCAÇÃO**

Foi feita uma pesquisa acerca das leis que garantem e fiscalizam a educação e o tratamento das pessoas com deficiência, transtornos de neurodesenvolvimento e síndromes que necessitam de amplo conhecimento por parte da comunidade escolar e sociedade como um todo.

A adoção do conceito de necessidades educacionais especiais e do horizonte da educação inclusiva implica em mudanças significativas na forma de agir na rotina escolar por parte dos professores, equipe gestora e todo o contexto escolar, a fim de priorizar a melhoria da educação dos alunos com deficiência e transtornos de desenvolvimento, trazendo, assim, esses alunos para o convívio com todos os outros para que saibam as diferenças e aprendam a conviver com elas.

Fonseca (2021) nos remete que, com base nos PCNs dos anos 1998 e 2000, nossa disciplina começa a perder o foco dos padrões tecnicistas, surgindo a partir daí as concepções pedagógicas ao qual ligavam a Educação Física à psicomotricidade, à pedagogia desenvolvimentista, construtivista-interacionista, crítico-superadora e crítico-emancipatória, ressignificando a disciplina no âmbito escolar e levando em consideração o desenvolvimento integral do estudante como cidadão.

Em consonância com a citação acima, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) da Educação Física nos indicam:

As relações entre Educação Física e sociedade passaram a ser discutidas sob a influência das teorias críticas da educação: questionou-se seu papel e sua dimensão política. Ocorreu então uma mudança de enfoque, tanto no que dizia respeito à natureza da área quanto no que se referia aos seus objetivos, conteúdos e pressupostos pedagógicos de ensino e aprendizagem. No primeiro aspecto, se ampliou a visão de uma área biológica, reavaliaram-se e enfatizaram-se as dimensões psicológicas, sociais, cognitivas e afetivas, concebendo o aluno como ser humano integral. No segundo, se abarcaram objetivos educacionais mais amplos (não apenas voltados para a formação de um físico que pudesse sustentar a atividade intelectual), conteúdos diversificados (não só exercícios e esportes) e pressupostos pedagógicos mais humanos (e não apenas adestramento) (Brasil, 1997, p. 21).

Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil, estabeleceu dentre os objetivos fundamentais o de “*promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*” (art. 3º inciso IV). Define, ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a “*igualdade de condições de acesso e permanência na escola*” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). (Brasil, 1988).

Em 24 de outubro de 1989, foi publicada a Lei n. 7.853 sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, na qual explicita no artigo 2º:

I - na área da educação:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência<sup>4</sup> aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.

A mesma Lei ainda dispôs sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade

---

4 A nomenclatura “portadores de deficiência” era utilizada como no texto citado, porém caiu em desuso. A nomenclatura que utilizava a sigla PNE é considerada incorreta pois não traduz a realidade de quem possui deficiência. A deficiência não se porta, é uma condição existencial da pessoa. A convenção das nações unidas sobre o direito das pessoas com deficiência intitulou que a sigla correta seria a PcD, pessoa com deficiência.

transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Em 1994, foi lançado o documento intitulado Política Nacional de Educação Especial pelo MEC, no qual cita:

A Política Nacional de Educação Especial compreende, portanto, o enunciado de um conjunto de objetivos destinados a garantir o atendimento educacional do alunado portador de necessidades especiais, cujo direito à igualdade de oportunidades nem sempre é respeitado [...] A Política Nacional de Educação Especial deverá inspirar a elaboração de planos de ação que definam responsabilidades dos órgãos públicos e das entidades não-governamentais, cujo êxito dependerá da soma de esforços e recursos das três esferas de Governo e da sociedade civil.

Ainda em 1994, aconteceu em Salamanca, na Espanha, a Conferência Mundial sobre Educação Especial, organizada pela ONU, que teve como objetivo fornecer as diretrizes básicas para reformulação da educação e de políticas de acordo com o movimento de inclusão social das pessoas com deficiência.

Das discussões obtidas podemos destacar as seguintes:

7. Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades.

8. Dentro das escolas inclusivas, crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efetiva. Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades especiais e seus colegas. O encaminhamento de crianças a escolas especiais ou a classes especiais ou a sessões especiais dentro da escola em caráter permanente deveriam constituir exceções, a ser recomendado somente naqueles casos infrequentes onde fique claramente demonstrado que a educação na classe regular seja incapaz de atender as necessidades educacionais ou sociais da criança ou quando sejam requisitados em nome do bem-estar da criança ou de outras crianças.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em vez de se pensar no aluno como a origem de um problema, exigindo-se

dele um ajustamento a padrões de normalidade para aprender com os demais, coloca-se para os sistemas de ensino e para as escolas o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem as diversidades dos alunos (BRASIL, 2001).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, criada inicialmente pela Lei n. 9394 (1996) e modificada em 04 de abril de 2013 pela Lei n. 12.796, nos menciona no art. 4º:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

No ano de 2001, destacamos dois documentos importantes: o primeiro, são as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, ao qual determina que as escolas devem aceitar todas as matrículas, independente da condição do aluno, e cabem as escolas se organizarem-se para o atendimento aos educandos com deficiência, síndromes ou transtornos de desenvolvimento (BRASIL, 2001).

No mesmo ano, o Plano Nacional de Educação (PNE), cita que:

Apesar do crescimento das matrículas, o déficit é muito grande e constitui um desafio imenso para os sistemas de ensino, pois diversas ações devem ser realizadas ao mesmo tempo. Entre elas, destacam-se a sensibilização dos demais alunos e da comunidade em geral para a integração, as adaptações curriculares, a qualificação dos professores para o atendimento nas escolas regulares e a especialização dos professores para o atendimento nas novas escolas especiais, produção de livros e materiais pedagógicos adequados para as diferentes necessidades, adaptação das escolas para que os alunos especiais possam nelas transitar, oferta de transporte escolar adaptado, etc. Mas o grande avanço que a década da educação deveria produzir será a construção de uma escola inclusiva, que garanta o atendimento à diversidade humana (Brasil, 2001).

A Convenção de Guatemala ocorrida em 1999 veio a ser promulgada por força do Decreto n. 3.956, de 8 de outubro de 2001, introduzindo no ordenamento jurídico a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência<sup>3</sup>. Podemos destacar, dentre outras informações do documento, a reafirmação de que as pessoas portadoras de

deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano (BRASIL, 2001).

O Conselho Nacional de Educação lança, em 18 de fevereiro de 2002, uma resolução que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, onde define que as instituições de licenciatura devem prever em sua organização curricular que os professores terminem os cursos capacitados para o atendimento com atenção a diversidade e conhecimento sobre as especificidades para os alunos com necessidades educacionais especiais (documento em anexo).

Em 2004, o Ministério Público Federal leva a público uma cartilha para disseminar o acesso dos alunos com deficiência nas classes comuns da rede regular de ensino com base nos conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão (BRASIL, 2004).

Também organizado pela ONU no ano de 2006, aconteceu a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), que culminou no Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009, dispendo no artigo 24, o seguinte:

- a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;
- b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;
- c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre.

Vemos nos itens citados acima, formas em que o profissional CAD é peça fundamental para que sejam colocadas em prática o desenvolvimento do aluno com deficiência em sua plenitude ou ao máximo possível.

2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que:
- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não

- sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;
  - c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;
  - d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
  - e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

Como no parágrafo anterior, a Convenção nos leva a refletir e propor as medidas necessárias para essa inclusão. Trazendo para nossa realidade, fazemos um comparativo com a rotina escolar: será possível colocar em prática esses itens citados tendo apenas um professor em sala de aula com a média de 25 a 30 alunos diversos entre si, tendo dentre eles alguns com deficiência e/ou neurodiversos?

Ainda nesse documento, em anexo ao final do texto, a convenção discursa sobre as necessidades de capacitar e ensinar as pessoas com deficiência a se comunicar, a importância do braille e das libras e a necessidade e função do estado, que deve ser o maior interventor dessas melhorias na qualidade do aprendizado.

Segundo Couto (2021), a obrigatoriedade da educação inclusiva para indivíduos com transtornos do neurodesenvolvimento foi cancelada em 2008, com a Política Nacional para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Por sua vez, as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial foram regulamentadas em 2009.

Existe uma nota técnica do MEC, mais precisamente da Secretaria de Educação Especial, de 08 de setembro de 2010, que elenca as necessidades e funções do profissional de apoio: *“O profissional de apoio deve atuar de forma articulada com os professores do aluno público-alvo da educação especial, da sala de aula comum, da sala de recursos multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da escola”*.

A educação inclusiva requer uma definição conceitual e organizacional das políticas educacionais. Nessa perspectiva, o financiamento dos serviços de apoio aos alunos público-alvo da educação especial, devem integrar os custos gerais com o

desenvolvimento do ensino, sendo disponibilizados em qualquer nível, etapa ou modalidade de ensino, no âmbito da educação pública ou privada (BRASIL, 2010).

A Prefeitura de Cuiabá possui um documento intitulado Ebook da Escola Cuiabana, cujo material tem a função de dar orientação educacional e nortear as diretrizes a serem seguidas para garantir a efetividade e funcionamento da rede municipal de ensino. Abaixo são elencadas as informações do que seriam as funções da CAD na escola em auxílio a criança com deficiência, dando ênfase na opção de letra “f”, sendo a que mais nos chama atenção para essa pesquisa:

São atribuições do profissional CAD:

- a) Oferecer apoio nos quesitos de cuidados de higiene corporal, alimentação e locomoção.
- b) Incentivar a autonomia do estudante, no uso do banheiro, alimentação e locomoção.
- c) Acompanhar e auxiliar o estudante a ser cuidado, fazendo por ele somente as atividades que ele não consegue fazer sozinho, com exceção das atividades pedagógicas.
- d) Conversar com os pais ou responsáveis sempre junto com o professor regente da sala de aula.
- e) Acompanhar o(s) estudantes(s) desde o momento de sua entrada até a sua saída da unidade educacional.
- f) Atuar de forma articulada com a Equipe Gestora da Unidade Educacional, com os professores regentes da sala e da Sala de Recursos Multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da escola, visando prestar um atendimento integral ao estudante.

Em 6 de Julho de 2015, foi criada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de número 13.146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), na intenção de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015). No artigo 3º para aplicação dessa lei, destaca-se:

- XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;
- XIV - acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

Com base nos apontamentos acima, o direito de ser incluído no ambiente escolar e a atividade do CAD na rotina faz-se essencial para que o desenvolvimento do aluno tenha seu aproveitamento máximo, assim como temos a necessidade de valorizar e investir no profissional que irá acompanhar e acolher o aluno, favorecer seu aprendizado e tecer cuidados diários para ele.

Em se tratando das leis, ainda podemos citar as leis que tratam diretamente de determinadas situações como, em 2002 a Portaria nº 2.678/02, que regulamenta o Sistema Braille; em 2004 o Decreto nº 5.296/04, que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; em 2005 o Decreto nº 5.626, que visa a inclusão dos surdos; e a Lei Berenice Piana, de 2012, que cria a Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A cada ano novos decretos são editados, novas deficiências são descobertas ou evidenciadas e colocadas em discussão na política do país, e a cada ano teremos ainda mais leis com o fito de garantir visibilidade à necessidade de incluir essas pessoas na rotina escolar e na vida diária diante nos inúmeros desafios que a questão impõe a toda à sociedade.

## **2.2 INCLUIR PARA DESENVOLVER**

Trazer estudantes diferentes para a convivência em aula traz benefícios além do social. Nós aprendemos quando visualizamos o outro exercendo uma tarefa, mostramos aos alunos a atividade antes que ele a faça, e quando um aluno visualiza um outro semelhante, seja na idade, na condição ou que seja apenas um colega de sala, existe um favorecimento nesse aprendizado, o que entendemos como neurônio espelho.<sup>5</sup> Segundo Lameira, Gawryszewski e Pereira Junior (2006), os neurônios espelho desempenham uma função crucial para o comportamento humano. Eles são ativados quando alguém observa uma ação de outra pessoa. O mais impressionante é o fato desse espelhamento não depender obrigatoriamente da nossa memória. Se

---

<sup>5</sup> Neurônio espelho: está ligado a visão e ao movimento. Permite o aprendizado por imitação, já que é acionado quando é necessário reproduzir o comportamento de outros seres da mesma espécie.

alguém faz um movimento corporal complexo que nunca realizamos antes, os nossos neurônios-espelho identificam no nosso sistema corporal os mecanismos proprioceptivos e musculares correspondentes e tendemos a imitar, inconscientemente, aquilo que observamos, ouvimos ou percebemos de alguma forma.

Ramos (2023) comenta que o processo de inclusão escolar causou uma espécie de revolução. De um lado, a teoria orientava para a prática inclusiva; de outro, ocorreram alguns equívocos. A escola regular mostrou-se fragilizada e incompetente para lidar com essa mudança. Foi exatamente nesse vazio que se instalaram as práticas incorretas como a invasão da escola pelos especialistas de diversas áreas, com o propósito de capacitar os professores para a “educação especial”.

Isso porque a reação geral evidenciava as seguintes questões:

*\*o professor não está capacitado para lidar com os alunos com deficiência.*

*\*as escolas não tem recursos.*

*\*as salas são superlotadas e não há como dar a devida atenção a esse público.*

Tendo em vista que a inclusão deve ser feita em escola regular, a fim de que os alunos tenham contato com a diversidade, aprendam com as diferenças e de diferentes formas, ainda existem escolas no Brasil que não oferecem o atendimento para o aluno com deficiência em turmas regulares, ou quando oferecem não dispõem de profissionais capacitados para o atendimento.

Mas o que estamos fazendo, ou tentando fazer, seria inclusão ou apenas integração? Para entender a diferença entre os termos posso citar um dado do site do TJDF- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos territórios por Moragas (2022): *O termo integração equivale a inserção da pessoa com deficiência na sociedade para que se adapte a ela. A inclusão, consiste no reconhecimento e valorização da diversidade, assim como adoção de medidas que propiciem o acesso daqueles que estão em condição de desigualdade em relação aos demais. A integração hoje passou de mero desuso, para uma forma de capacitismo. Deixar o aluno que apenas frequente a escola, sem explorar o que pode ser feito, os objetivos que podemos*

atingir e utilizar formas de trazer esse aluno para a vivência o mais completa possível das atividades escolares, conforme as suas capacidades.

Mantoam (2015) explica que o processo de integração ocorre dentro de uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar, e que se trata de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados.

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que foi anteriormente excluído. O mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos, estruturado em função dessas necessidades (Mantoam, 2015, p 28).

Trazer o aluno à escola e não incluir de fato seria capacitismo?

Ainda sobre conceitos, Fonseca (2023) traz que a palavra capacitismo trata-se do preconceito voltado às pessoas com deficiência, logo, essas palavras precisam ser popularizadas e disseminadas. Nomear o que acontece é importante para que a denúncia e a possível reparação sejam feitas, com o trato pedagógico.

Como professora e atuante em sala de aula, entendo que o aluno que está na escola precisa vivenciar, praticar e adquirir as capacidades trabalhadas que nos baseamos pela BNCC, todas em sua totalidade. Acreditar que aquele aluno com deficiência que está de canto por não conseguir vivenciá-las é capacitismo. Adaptar e fazer com que o aluno interaja e participe é nossa obrigação, como foco nesse estudo, os CADs podem nos auxiliar a atingir esse objetivo.

Dando continuidade, uma pessoa com deficiência não é só uma pessoa com deficiência. Essa é uma condição que ela possui, é uma das características. Ninguém pode ser resumido a uma única característica posto que somos atravessados por muitos desses marcadores sociais da diferença. No ambiente escolar, essas complexidades emergem cotidianamente, também em intersecção. Fonseca (2023).

A prefeitura de Cuiabá dispõe do atendimento dos CADs para que ocorra o auxílio necessário nas aulas, mas no Distrito Federal, por exemplo, o atendimento ao aluno com deficiência é feito de forma voluntária, e se não existe voluntário para o

atendimento do aluno ele segue desassistido, sendo apenas o professor regente em sala para conseguir lecionar para a sala toda. Existe um processo seletivo para ser voluntário e a remuneração é feita em forma de ressarcimento apenas para transporte e alimentação, como diz o site da Secretaria de Estado de Educação do DF.

Mantoan (2015), permite refletir o papel da escola inclusiva ou integrativa, a fim de trazer a convivência e a diversidade, não apenas para que os alunos com deficiência e neurodiversos sejam incluídos, mas também para que os alunos neurotípicos tenham convivência com essa diversidade a fim de saber se comportar e auxiliar na sociedade como um todo.

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabemos, porém, que a maioria dos que fracassam na escola não vem do ensino especial, mas possivelmente acabará nele (Mantoan, 1999, p. 28).

Destaca-se que a distinção entre integração e inclusão é um bom começo para esclarecermos o processo de transformação das escolas, de modo que possam receber indistintamente, todos os alunos, nas salas de aula comuns, e em todos os níveis e etapas de ensino.

Fonseca (2022), a partir do desenvolvimento de Grupos de Trabalhos Temáticos, nos ressalta a potência dos termos Inclusão e Diferença:

Inclusão que não tem um sentido romântico e ingênuo, e sim que se apresenta como um campo de luta por direitos humanos e sociais de modo crítico e emancipador, e diferença não como sinônimo de desigualdade ou inferioridade, mas como riqueza a aprendizagem em suas diversas interfaces.

Trazer o cidadão a participar da vida em comunidade de forma igualitária, respeitando as diferenças—e, principalmente, a todo o arcabouço legislativo que trazemos nesta dissertação.

## **2.3 A IMPORTÂNCIA DO ACESSO A EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS DE DESENVOLVIMENTO**

Para dar início a esse tópico, cito e concordo com as palavras de Oliveira (2023), quando tratamos da busca pela Educação Física Inclusiva, onde tem-se diversas questões como: o que faz uma prática docente inclusiva; quais são os entendimentos/concepções de aprendizagem do professor; qual o olhar dele para seus alunos; como os personagens da escola (professores, coordenadores, diretores, família) participam desse processo?

Ainda nas palavras de Oliveira (2023, p 49):

As características históricas da Educação Física e da Educação Física Adaptada ajudam a entender o que observo nas visitas às escolas públicas (...) e em artigos publicados na área, qual seja, aulas esportivizadas, com alto grau de competitividade, que se limitam, na maioria, das vezes ao ensino de quatro esportes (handebol, basquetebol, voleibol e futebol), chamados nos corredores como “quarteto fantástico”, aulas excludentes, que não impedem somente os alunos com deficiência de participar, mas todos aqueles que não se enquadram um perfil habilidoso para tais esportes.

Essa pesquisa tem como objetivo evidenciar a necessidade e a importância da Educação Física na vida do aluno com deficiência e transtornos do desenvolvimento, para dar enfoque na necessidade do contato desse aluno com as aulas e favorecer sua mobilidade e seu desenvolvimento integral.

Gonçalves (2010) cita que as capacidades psicológicas da criança se desenvolvem por meio das atividades motoras e práticas de relação e interação com o mundo social e com o mundo dos objetos. A Educação Física Escolar, principalmente, na Educação Infantil, pode auxiliar na preparação do alicerce psicomotor, desenvolvendo, com isso, os múltiplos pré-requisitos para aprendizagens futuras. Ela pode funcionar como ferramenta psicopedagógica, pois possibilita a criança utilizar-se do seu corpo para explorar, manipular, sentir, perceber, criar, brincar, relacionar, imaginar, planejar e pensar, tomando-se um facilitador e motivador para aprender.

Ramos (2023, p. 114) traz a seguinte reflexão a partir do seu estudo:

Precisamos tomar consciência de que os avanços, principalmente na área científica, vêm aumentando a longevidade e tornando possível a

sobrevivência de crianças que em outras épocas, por patologias genéticas ou doenças adquiridas, estavam fadadas à morte. [...] Quando a pessoa com deficiência é incluída, uma rede de inclusões acontece à sua volta. É a família que não se isola e não toma somente para si a responsabilidade, é a escola que se volta para novas discussões, é o exemplo que fica para cada um de nós.

Greguol (2010) fala da privação dos alunos com deficiência na Educação Física escolar, que embora tenham seu acesso garantido por diversos instrumentos legais (BRASIL, 1996), são simplesmente excluídos das aulas, ou então direcionados a atividades paralelas sem o devido planejamento, não tendo assim atendidas suas necessidades. A falta de estímulos apropriados na infância e adolescência faz com que esses jovens não tenham motivação para praticar atividades físicas com regularidade, colaborando ainda mais para a passividade motora normalmente observada em pessoas com deficiência.

Darido e Souza Junior (2013) ressaltam a importância que a Educação Física na escola deve incluir, tanto quanto possível, todos os alunos nos conteúdos que propõe, adotando para isso estratégias adequadas. Não se pode mais tolerar a exclusão que historicamente tem caracterizado a Educação Física na escola. Todos os alunos têm direito a aquisição do conhecimento produzido pela cultura corporal.

Mota (2020, p. 166) cita que:

[...] a inclusão escolar não se restringe apenas ao acesso à escola, à garantia da matrícula, à inserção física do estudante a todo custo. Envolve um aprofundamento de questões conceituais, envolve a garantia à acessibilidade, quebras das barreiras atitudinais e pedagógicas, formações continuadas e mudanças substanciais na forma de ensinar, na capacitação profissional, na comunicação mais estreita entre a saúde e a educação para a construção de novos conhecimentos que ampliem a prática de inserção de crianças com vários tipos de deficiência.

Siqueira e Chicon (2016) dizem que somos instigados no dia a dia das/nas escolas ao enfrentamento da complexidade da educação no Brasil, no que diz respeito também a Educação Física e, principalmente, a educação inclusiva.

Ao analisar dados do Ministério da Educação adquiridos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC/INEP), no período de 2009 a 2010, a Política de Educação Especial adotada pelo Ministério da Educação,

que estabelece como prioridade, a Educação Inclusiva, traz consigo mudanças que permitem a oferta de vagas na Educação Básica valorizando as diferenças e atendendo às necessidades educacionais de cada aluno. No censo escolar 2010, constata-se um aumento de 10% no número de matrículas nessa modalidade de ensino, passando de 639.718, em 2009, para 702.603, em 2010.

Mota (2020, p. 21) afirma em seu estudo que a possibilidade de conviver com crianças da mesma faixa etária proporciona um ambiente com maiores possibilidades de interação, o que contribui para o desenvolvimento do sujeito, a partir de modelos oferecidos pelos pares. Nessa conjuntura, a inclusão escolar de crianças com diagnóstico de autismo surge como uma alternativa que possibilita um contexto com possibilidades de interação mais amplas, contribuindo para o desenvolvimento de todas as crianças envolvidas, considerando que todas as pessoas aprendem com as diferenças. Com base neste estudo, é possível dizer que a presença dos alunos com deficiência ou neurodiversos é de grande aprendizado, não só para esses, mas para o contexto geral dos alunos em sala de aula.

A Educação Física tem como um dos objetivos da disciplina, proporcionar o aprendizado a partir da interação social, atividades com o corpo que estimulam também a mente a partir da visualização de seus pares. Mota (2020, p. 50) nos recorda que o mundo é constituído por pessoas, objetos, lugares e ações que tem significados construídos historicamente, cuja apropriação pelo sujeito se dá no contato social. Todo ser humano, como ser social, vive interagindo constantemente com o meio, sendo por meio dessas interações que os seres humanos se constituem como pessoas, construindo relações que servem de base para suas vidas.

Fonseca (2022), em se tratando do desenvolvimento dos Grupos de Trabalhos Temáticos construídos em sua pesquisa, nos lembra que é possível que mesmo numa abordagem mais esportiva sobre estudantes ou atletas com deficiência, comumente presente em produções publicadas no GTT envolvendo esportes adaptados, jogos Paralímpicos ou paraescolares, estudos que não apontem apenas para a deficiência, porque esta é uma característica daquela pessoa, mas tantas outras interseccionalidades podem ser consideradas também.

Como Fonseca (2021) citou, a discussão envolvendo processos de inclusão/exclusão estão diretamente relacionados à necessidade de mudanças estruturais, processuais e cotidianas, por vezes pequenas, mas processualmente impactantes em se tratando principalmente da formação de profissionais para o atendimento desse público. A formação docente na perspectiva inclusiva é desafiadora, complexa e necessária atualmente.

Trazer o aluno com deficiência para as aulas práticas, termos os neurônios espelho como aliados no seu desenvolvimento, favorecer a convivência social dos estudantes não apenas para cumprir com a lei, mas para ter o benefício social para os alunos que convivem com as diferenças e entendem que o mundo é diverso, proporcionar aceitação e inclusão em todos os ambientes além da escola, assim como no futuro dessas pessoas, entendimento que quando adultos, terão na rotina amigos, familiares e colegas de trabalho com todo tipo diferente de condição e que a maioria delas é permanente, mas necessita de apoio, cuidado e carinho de toda uma sociedade é o verdadeiro desafio da inclusão.

Em um estudo de Vygotski (1991, p. 52) foi dado a criança uma tarefa para ser executada, com objetivo de colocar a criança para executá-la com ou sem a visualização dela:

A tarefa com a qual a criança se defronta no contexto experimental está, via de regra, além de sua capacidade do momento, e não pode ser resolvida com as habilidades que ela possui. Nesses casos, um objeto neutro é colocado próximo da criança, e freqüentemente podemos observar como o estímulo neutro é incluído na situação e adquire a função de um signo. Assim, a criança incorpora ativamente esses objetos neutros na tarefa de solucionar o problema.[...] O método da estimulação dupla provoca manifestações dos processos cruciais no comportamento de pessoas de todas as idades.

Com base nesse estudo, observamos uma das diversas formas de auxiliar o aprendizado do aluno, a importância da visualização das crianças em fase educacional para que possam adquirir certa capacidade, o que nos é proposto nas aulas de Educação Física. Não apenas mostrar a atividade, mas proporcionar a visualização da atividade sendo posta em prática, o que favorece ainda mais o aprendizado em crianças de diversos contextos sociais.

Em se tratando de neurônios espelho na educação infantil, eles tem grande participação na aprendizagem social e comportamental, independente da condição do estudante. No estudo de Soares e Oiveira (2018), constatou-se que os cientistas que citam o fenômeno atribuem ao sistema-espelho a consideração de que, ao observar o ato alheio em si, transcende a compreensão da ocorrência do fenômeno em questão, estando em jogo a aplicabilidade intuitiva da ação, reação e recepção que prima pela capacidade de avaliações cognitivas mais sofisticadas, o que valoriza ainda mais a aplicabilidade das aulas de Educação Física em um ambiente diverso, inclusivo e acolhedor, trazendo aprendizado a todos os envolvidos. As consequências de simplesmente se espelhar no próximo, ficando a sociocognição a cargo de uma aprendizagem filosófica em exercício constante. A inclusão deve ocorrer desde a primeira infância para ser ainda mais eficaz.

Esses exemplos individuais ilustram uma lei geral do desenvolvimento das funções mentais superiores, a qual achamos que pode ser aplicada em sua totalidade aos processos de aprendizado das crianças. Propomos que um aspecto essencial do aprendizado é o fato de ele criar a zona de desenvolvimento proximal; ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em operação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança.

A fala de Vygotsky, (1991, p 60) enfatiza ainda mais o que acreditamos nesse trabalho: trazer o aluno com deficiência ou transtornos de desenvolvimento para o ambiente escolar, para de fato participar e vivenciar as atividades propostas fazendo com que seu desenvolvimento humano como um todo seja vivenciado e seja plenamente atingido em toda a sua capacidade.

### **3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA**

A seguir, são apresentados o local de pesquisa, métodos utilizados para que a pesquisa se torne viável, características e público-alvo, procedimentos e instrumentos necessários para a coleta de dados e como esses dados serão tratados e expostos na conclusão da pesquisa.

#### **3.1 Universo da Pesquisa**

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal Silva Freire, localizada no bairro Residencial Itapajé, região Sul de Cuiabá. Segundo a Secretaria de Educação da Prefeitura de Cuiabá, é uma das 170 unidades educacionais pertencentes a Rede Municipal de Educação, onde atualmente possui 57.601 estudantes matriculados, vide documento disponibilizado pela secretaria (anexo A).

A escola foi escolhida pela pesquisadora ter feito parte da equipe gestora e pelo trabalho que exerce, justamente por trazer os CADs para reuniões e rodas de conversa, onde eles também participam dos grupos de mensagens com informativos da rotina e avisos da escola. Das escolas que trabalhei na rede municipal, visualizei o destaque e enfoque que a escola oferece para o atendimento, trazendo sempre os CADs e a família para a participação efetiva na rotina escolar, sempre com foco no desenvolvimento do aluno.

#### **3.2 Participantes**

O público-alvo da pesquisa são os estudantes com a necessidade de auxílio das CADs, dentre todos os alunos matriculados regularmente na escola, visando identificar os efeitos da participação e desse auxílio nas aulas de Educação Física. Verificando que atualmente são 14 alunos nessa situação, porém foram incluídos na pesquisa apenas os alunos aos quais os responsáveis assinaram o Assentimento Livre e Esclarecido para participação da pesquisa. Além dos estudantes, participaram

os professores de Educação Física da escola, equipe gestora e CADs que atuam na unidade.

### **3.3 Materiais e Métodos**

A pesquisa é qualitativa, de tendência descritiva. André (1995, p. 37) nos mostra que a investigação de sala de aula ocorre sempre num contexto permeado por uma multiplicidade de sentidos que, por sua vez, fazem parte de um universo cultural que deve ser estudado pelo pesquisador. Através basicamente da observação participante ele vai entender essa cultura, usando para isso uma metodologia que envolve registro de campo, entrevistas, análises de documentos, fotografias e gravações.

Como observou Minayo (1993, p. 14) ao afirmar que o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo, a realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela.

Com base na citação acima, na intenção de ouvir os alunos com deficiência da escola participante da pesquisa, o método escolhido foi a entrevista realizada por agendamento prévio com a presença dos pais ou responsáveis. O objetivo foi ouvir do aluno sobre as mudanças, se essas ocorrem ou não, devido à presença e o auxílio do CAD como assistente do aluno para participação das atividades e da aula de Educação Física.

Para participação na entrevista, os responsáveis dos alunos assinaram o Consentimento/Assentimento Livre e Esclarecido, autorizando assim, que o aluno participasse. Para registro da entrevista foi utilizado um gravador portátil, o que possibilitou que a entrevista fosse transcrita de forma integral posteriormente sem que haja nenhuma perda de informação.

No caso dos professores e CADs foi realizado um grupo focal a fim de debater, ouvir as expectativas e discursar sobre os papéis das partes na rotina de aprendizado do aluno com deficiência e transtornos de desenvolvimento. Uma vez-que as partes saibam o que de fato é sua função e o que cabe aprimorar a partir das discussões, tem-

se delineada as conclusões obtidas a partir da pesquisa realizada, vendo onde podemos aprimorar os atendimentos por parte dos profissionais envolvidos.

### **3.4 Procedimentos para a Coleta de Dados**

Minayo cita em seu estudo (1993, p. 65) que uma entrevista, como forma privilegiada de interação social, está sujeita a mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade. Quando se trata de uma sociedade ou um grupo marcado por muitos conflitos, cada entrevista expressa de forma diferenciada a luz e a sombra da realidade, tanto no ato de realizá-la como nos dados que aí são produzidos. Por se tratar de uma pesquisa voltada para o público que faz uso do serviço do CAD, e assim se tratando de crianças e adolescentes com deficiência, a entrevista tende a ser a melhor forma de obter essas informações.

De acordo com Bauer e Gaskell (2012, p. 64), a pesquisa qualitativa se refere a entrevistas do tipo semiestruturado, com um único respondente (a entrevista em profundidade), ou com um grupo de respondentes (o grupo focal). Essas formas de entrevista qualitativa podem ser distinguidas de um, da entrevista fortemente estruturada em que é feita uma série de questões pré-determinadas; e de outro, distingue-se da conversação continuada, menos estruturada da observação participante, ou etnografia, onde a ênfase é mais absorver o conhecimento local e a cultura por um período mais longo do que em fazer perguntas dentro de um relativamente limitado.

Para coleta das informações e dados referentes à pesquisa, foi utilizado um gravador de voz e áudio para coletar e posteriormente feita a transcrição das informações obtidas, adquirido com recursos próprios, e uma resma de papel A4 para impressão da transcrição dos dados e possíveis anotações do ambiente e observações contidas na entrevista que não possam ser obtidas apenas nas gravações.

### **3.5 Roteiro base para entrevista:**

A entrevista teve quatro perguntas iniciais, porém, com abertura para que os entrevistados que sentissem necessidade de complementar, foram gravadas as respostas para validação junto aos dados da pesquisa. As perguntas principais foram:

1. Qual a condição do aluno ao qual exige a necessidade da participação do CAD na rotina escolar?
2. O quão importante você julga a presença do CAD na rotina escolar do aluno? Justifique.
3. Quais as suas expectativas para o desenvolvimento do aluno com o auxílio do CAD na rotina escolar?
4. Você acredita que o aluno seria capaz de obter o mesmo desenvolvimento em sala de aula sem o auxílio do CAD, estando apenas o professor com todos os alunos em sala?

O grupo focal foi desenvolvido posteriormente às entrevistas com os alunos, envolvendo professores e CADs, em data agendada previamente com a equipe gestora da unidade, onde juntamente foram debatidas as funções do CAD que constam no documento da Escola Cuiabana citado no projeto.

### **3.6 Aspectos Éticos**

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso e cadastrada na plataforma Brasil sob número de aprovação 74586723.5.0000.5690.

### **3.7 Critérios de exclusão e inclusão**

Para participar da pesquisa, o aluno deveria estar devidamente matriculado na Escola Municipal de Educação Básica Silva Freire, frequentando as aulas de Educação Física e estar sob os cuidados do CAD no espaço escolar, ao qual é o foco do nosso estudo. Os pais ou responsáveis dos alunos devem ter assinado e enviado

o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assim como os estudantes alfabetizados, assinarem o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

### **3.8 Procedimentos para a Análise de Dados**

Com base nos estudos de Bauer e Gaskell (2012, p. 86), a análise não é um processo puramente mecânico, depende de intuições criativas, que podem muito bem ocorrer quando um pesquisador está falando com um amigo ou colega. À medida que a interpretação vai se processando, retorne ao material bruto, tanto para as transcrições quanto para as gravações. Algumas vezes, um único comentário assumirá repentinamente um significado importante e irá sugerir um novo modo de olhar para as entrevistas.

Minayo (1993, p. 79) nos explica que a análise e a interpretação dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa, não tem como finalidade contar opiniões ou pessoas. Seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar.

Para análise, metodologia da triangulação citada por Minayo (2007) foi a escolhida, processada por meio da comunicação entre locutor, seu objeto de discurso e seu interlocutor. Ao se expressar, o locutor projeta seus conflitos básicos por meio de palavras, silêncios e lacunas indicando processos, na sua maioria, inconscientes de expressão, chamado de análise de enunciação:

A proposta da Análise de Enunciação, bem mais complexa e contextualizada que as abordagens quantitativas das falas, é conseguir, através do confronto entre análise lógica, análise sequencial e a análise do estilo dos elementos atípicos de um texto, a compreensão do seu significado. A conexão entre os temas abordados, o processo de produção da linguagem e seu contexto, acabam por evidenciar os conflitos e as contradições que permeiam e estruturam um discurso. (Minayo, 2007, p 315).

Ainda, na mesma obra, Minayo (p 316) divide a análise em temas, método que foi seguido, com base nas informações da autora, onde consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõe uma comunicação, cuja presença ou frequência

signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado. A partir dessas informações, a análise foi dividida em temas.

## 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

### 4.1 Atenção para além do pedagógico:

Ela precisa de uma atenção maior para além do pedagógico. Professora, grupo focal.

Ele veio pra uma escola nova ele não sabe ir no banheiro sozinho, sem uma pessoa, alguém tem que estar pra conduzir ele a tomar água, ir no banheiro porque ele não fala. Mãe, entrevista.

Pra mim é de suma importância porque o Pedro ainda não desfraldou por completo, não tem noção nenhuma de perigo. As vezes ele morde, as vezes ele joga, machuca um coleguinha. Pai, Entrevista.

Por mais que ela não tem obrigação de fazer a atividade e que é a professora, ela pode ajudar a manter ele sentado, né? Mãe, entrevista.

A fala acima é de uma professora no grupo focal, fala que escolhi para dar título ao primeiro tema, pois traz a visão da necessidade de auxílio incapaz de ser prestado pelo professor, lecionando para uma turma de muitos estudantes, cada um com sua particularidade. Independente se o estudante em questão tenha o desenvolvimento dentro do esperado para a idade ou tendo alguma deficiência, proporcionar a ele uma atenção para além do proposto para a aula, incluir de forma física, trazer para participação concreta, proporcionar desde o deslocamento para o local da aula e inclusão na aula com outros participantes é de suma importância no processo de inclusão desses alunos.

Quando tratamos de uma Escola Municipal, independente se for educação infantil ou ensino fundamental, a professora rege a aula sozinha, sem nenhum auxiliar. Na educação infantil ainda temos um agravante, pois lidamos com crianças de 4 a 6 anos que não sabem ir ao banheiro sozinhas, onde deveríamos ter alguém conosco para prestar esse auxílio. Em se tratando de alunos com deficiência como o citado acima, esse auxílio é obrigatório e primordial. Ensinar não somente os CADs, professores, assim como os colegas a trazer o aluno a ser incluído nas atividades, ter acesso ao banheiro e outros locais da escola e quaisquer outros espaços é de suma importância. Seria humanamente impossível deixar uma sala com no mínimo 20 crianças sozinhas enquanto prestamos auxílio a uma.

O estudante precisa da socialização, da convivência em grupo para favorecer o aprendizado, mas em se tratando de alunos com transtorno do espectro autista, por exemplo, o mesmo pode reagir agredindo outro aluno, situação que pode ser controlada e evitada com a assistência do CAD. Não trazer a missão de tratar a regulação do aluno apenas para o cuidador, mas explicar aos colegas os motivos das crises, ensinar que pode acontecer e trazer para a realidade da sala de aula formas de evitar e/ou aprender e auxiliar para que o colega não sofra ou ao menos diminua a recorrência das crises de desregulação em sala. O co-ensino pode ser a solução para que haja auxílio de cunho pedagógico por todos ali presentes.

Favorecer que o aluno se regule quando o mesmo não consegue se manter sentado, que o aluno se mantenha em quadra quando a atividade é prática, ajudar que ele permaneça, que preste atenção no conteúdo que está sendo passado, são situações cotidianas que para crianças neurotípicas podem parecer tranquilas, mas que para neurodivergentes exige um apoio educacional.

Um estudo de Nabeiro apud Alves et al, recebe o título de “O colega tutor na Educação Física inclusiva” (2019, p. 99), onde utiliza o colega tutor como estratégia de ensino, onde um companheiro de sala, com ou sem deficiência, da mesma idade ou mais velho, auxilia o aluno com deficiência durante as aulas. Essa estratégia possibilita que o aluno com deficiência receba um maior número de instruções. Em turmas do ensino fundamental, essa estratégia pode ser de mais fácil execução, e para as atividades práticas ajudaria inclusive na questão do neurônio espelho, assim como sendo um colega que o aluno tenha contato todos os dias, visualize, crie vínculos e auxilie nas atividades cotidianas também, funções que vemos atingidas com facilidade com o auxílio do CAD.

#### **4.2 Do acolhimento e da confiança estabelecida:**

A criança, ele confia naquela pessoa que está o tempo todo com ele pra tudo que eles precisam, né? Professora, grupo focal.

O dia que ele não vem, que as vezes precisa ele faltar ele fala “mãe quero ver a tia Silvia”, entendeu, aquele carinho afetivo, né? Mãe, entrevista.  
Com o auxílio de uma profissional principalmente de uma CAD que dá amor, que dá carinho ela vai desenvolvendo bem melhor, eu acredito. Mãe, entrevista.

Na fala da professora do grupo focal, o enfoque no acolhimento e na confiança que o aluno cria a partir da convivência e na rotina com o CAD. Nós, professores de Educação Física, temos contato com aquele aluno apenas uma vez na semana, o que faz com que nossa relação demore a se estreitar e possibilitar a confiança por parte dele.

Mota (2020) nos explica que a intencionalidade é o aspecto chave, onde as ações das crianças são validadas e conduzem trocas interativas, sendo o envolvimento afetivo o grande componente desse processo. Observando interesses e intenções, a pessoa mais experiente da interação segue a liderança da criança e constrói pontes que favorecem a troca interativa, mantendo assim o engajamento e expandindo assim as habilidades cognitivas, sócio-comunicacionais, sensório-motoras de resolução de problemas, simbólicas, entre outras.

As falas das mães evidenciam o favorecimento da afetividade nas ações que envolvem a rotina escolar. O papel do professor afetivo é de suma importância para o desenvolvimento e envolvimento da turma nas atividades motoras, ter alguém que favoreça a participação de um aluno com dificuldade para participar trará facilidade em estabelecer esse elo também com o professor nas atividades propostas.

Na obra de Ramos (2023, p. 30), ela nos relata a situação onde o acolhimento e a individualidade foram cruciais na participação da aula de Educação Física:

Paulo tinha 6 anos quando chegou em nossa escola. Sua deficiência física era a falta do antebraço. Era uma criança tímida e já um pouco ressentida com a experiência em uma escola na qual as outras crianças frequentemente lhe distinguiam por sua deficiência. Logo na primeira aula de Educação Física na Escola Viva (doravante EV), o professor formou os alunos para a escolha das posições no time de futebol. Quando chegou a vez de Paulo, ele disse que gostaria de ser goleiro. O professor não hesitou em colocá-lo nessa posição. O resultado foi que, mesmo lhe faltando a mão e o antebraço, Paulo foi durante oito anos o goleiro do time da escola, função que sempre desempenhou muito bem.

O acolhimento é citado na literatura como função ética e política para introdução do ser humano para convívio em comunidade, é a principal forma de incluir em quaisquer contextos e no âmbito escolar muitas vezes é o primeiro na vida de uma pessoa.

### **4.3 Do atendimento individualizado:**

Ele fica agitado, fica nervoso, chora, chega até a chorar, daí é bom tirar ele do ambiente pra ele se acalmar, se organizar de novo. Professora, grupo focal.

Ela é uma pessoa assim, sabe, que ele é realmente integrado no grupo, ela faz uma integração boa com ele, então assim, se ela não tivesse ali eu acho que eu estava sem perna. Professora, grupo focal.

Acredito que sim, porque muitas crianças elas precisam desse atendimento individualizado pra poder desenvolver melhor. Professora, no grupo focal.

Se ela não auxiliar quem é que vai, a professora não vai poder abandonar os outros trinta alunos pra poder cuidar dele, então, pra auxiliar ele nessas dificuldades que ele tem. Mãe, entrevista.

Ele é dependente cem por cento de outra pessoa exclusiva pra ele. Mãe, em entrevista.

Ele não tem ainda esse discernimento, autonomia e noção do perigo, então ele tem dificuldade com degrau, ele tem baixa visão, baixa mobilidade, então muitas vezes ainda, pra abaixar, pra levantar, levanta em três, quatro apoios, então é total né? Pai, em entrevista.

Entender o que o aluno passa no momento e trazer à tona a dificuldade, a forma de contornar vindo de uma assistente que entende e tem relação diária com o aluno, favorece o retorno do aluno a voltar à calma, a participação na atividade, respeitar a individualidade e entender até onde o aluno é capaz de participar e interagir.

As falas dos responsáveis remetem a necessidade do atendimento individualizado para proporcionar a vivência, trazer segurança, auxiliar nas práticas e nas dificuldades. No caso dos alunos com deficiência e/ou transtornos de desenvolvimento, o olhar individualizado de um cuidador faz a diferença na execução das atividades práticas na aula de Educação Física, tendo em vista que, apesar do plano de aulas do professor ter atividades pensadas na execução de forma inclusiva, o CAD será capaz de auxiliar que o aluno se mantenha em quadra e possibilitar o direcionamento do aluno na atividade, apenas se mantendo do lado e incentivando a execução. Mais uma vez o co-ensino pode ser uma forma de trazer os colegas para a

participação dessa inclusão nos espaços, vivência e entendimento dos colegas favorecendo a convivência e execução da prática.

Mantoan (2023) nos lembra que o acolhimento à diferença impede o nosso poder de decidir sobre o que nossos alunos têm ou não capacidade de aprender na escola comum com os colegas de sua geração.

Em determinada fala, é citada a integração do aluno nas atividades. O melhor cenário possível é sempre o da inclusão, onde o aluno participa, vivencia e tem sua participação conforme a sua condição. No caso do aluno onde a mãe relata que ele é completamente dependente, sendo o caso de um estudante com microcefalia, onde sua participação é limitada a presença no espaço físico da escola para convivência com seus pares, a integração seria o favorecimento da convivência desse aluno em comunidade. A estrutura social é a principal culpada de termos demorado tanto tempo para incluir, e mesmo tendo tantas leis e práticas que favorecem a convivência e participação, ainda esbarramos em situações em que a inclusão é inexistente ou, quando muito, o mínimo que vemos é a integração.

#### **4.4 Do suporte com base nas características individuais:**

Tem aluno que não consegue pegar no lápis, não tem, não faz a pinça, pega aí, por que a professora não vai ter esse tempo de ir lá e pegar, pega no lápis e segura aqui, são essenciais que a gente tem. CAD, no grupo focal.

Pra mim saber qual atividade que eu posso estar trabalhando a inclusão, senão você vai passar o que, mais cinco ou seis aulas pra você perceber qual atividade que você pode dar, que ele possa estar participando. Professor, no grupo focal.

Tem crianças aqui que tem laudo de autista que desenvolve perfeitamente, acaba a CAD atrapalhando o desenvolvimento daquela criança porque ele fica totalmente dependente dela, sendo que ele anda, que ele fala, que ele consegue responder, que ele consegue absorver bem os conteúdos mas com a CAD ele acaba ficando dependente. Professora, no grupo focal.

O suporte para execução, como citado nas falas acima, não define que o cuidador vai executar a atividade para o estudante, como está explícito no documento Ebook da Escola Cuiabana. O simples auxílio para ajudar o aluno a segurar um objeto para executar uma atividade já traz a facilitação para que o aluno arremesse uma bola, execute uma atividade que consegue visualizar um colega executando, pegue um

lápiz e faça um exercício usando a pinça, use o neurônio espelho a favor do movimento como citado no item 4.2.

Posso citar Mantoan (2023, p. 87) para comparar as situações acima:

A pedagogia que queremos chegar não seria concebida como uma pedagogia que congela identidades. Que, em função dessa estabilidade construída, estabelece um campo específico, uma fórmula-padrão para atuar com cada uma delas. São típicas desse congelamento as pedagogias para alunos com deficiência intelectual, com surdez ou com problemas de linguagem, em que a “customização” do ensino considera o cliente um sujeito abstrato, desencarnado, ao qual se destinam procedimentos universalizados, generalizados.

Com a fala acima, observamos um aspecto negativo na atuação do CAD. Tendo reconhecimento do que o aluno é capaz, não teria a necessidade de tanta intervenção, ou até mesmo do profissional na rotina. O que vejo, como profissional atuante, é que existem pais que por terem o laudo comprovando uma condição, entram com a solicitação do auxílio junto à secretaria de educação, porém o aluno tem independência para executar diversas atividades, é um aluno em que o professor conseguiria controlar e ensinar com facilidade nas aulas coletivas. Nesse caso, o profissional acaba por tirar parte da independência que o aluno tem, prestando auxílio por vezes desnecessário. O suporte para execução das atividades não é apenas para alunos com deficiência, mas para qualquer um que apresente tal dificuldade.

Ramos (2023) nos lembra que nem só de professor conseguimos ter êxito na inclusão. Que de nada adianta o professor ser capacitado a desenvolver seu trabalho se aqueles que estão no entorno não se apercebem do processo. Por exemplo, os autistas, que tem dificuldade de permanecer em ambientes fechados como a sala de aula, costumam andar pela escola. Aparentemente suas andanças são seu modo de interagir com o ambiente, circulando estão percebendo as dinâmicas e aprendendo de modo diferenciado. Não se deve definir a inclusão apenas para os estudantes com deficiência, mas para os alunos como um todo. Incluir os que tem mais ou menos facilidade de execução de determinada tarefa, incluir independente de cor, classe, tamanho ou condição social. Inclusão é para todos.

#### 4.5 Sobre reconhecer a inclusão com base no atendimento oferecido nas aulas de Educação Física

Não, porque é muito aluno né? Então vai ficando de ladinho, se não tiver um pra auxiliar. Não porque aí a professora, não é porque é muito aluno, então se tiver uma ajuda pra essas crianças que tem mais dificuldade seria bom, é bom, é ótimo. Mãe, em entrevista.

Ele já consegue acompanhar o movimento das crianças, no início, ele ficou muito observador, ele ficou durante um tempo muito longo só observando, ele parava e ficava olhando as crianças. Hoje já percebo que ele participa no parquinho, ele faz alguns circuitos, ele já acompanha na fila, né? Ele ainda tem uma aversão ainda a quadra, mas aí aos poucos também a gente começou a trabalhar com previsibilidade com ele, avisando que vai ter aula de Educação Física. Mas como ele tem um PEI diferenciado, nos outros momentos ele não estava pegando na Educação Física, então por isso, mas agora que ele começou a fazer então está tendo uma aceitação maior, então eu percebo que ele começou a imitação, ele tá imitando algumas atividades, ele corre com as crianças, ele não tem noção ainda da atividade completa né? Qual que é o objetivo dessa brincadeira, mas a interação existe. Pai, em entrevista.

A inclusão facilitada, que proporciona a participação no momento da atividade, pode ser feita pelo CAD. O cuidador não vai executar a atividade pelo aluno, mas vai trazê-lo ao centro da atividade para visualizar, participar e executar junto dos colegas.

Relvas (2015) explica os estímulos ambientais e as experiências vividas constituem a base neurobiológica da individualidade do homem, onde fica claro que as mudanças ambientais e as vivências interferem na plasticidade cerebral<sup>6</sup>, e conseqüentemente, na aprendizagem.

O relato do pai frisa os benefícios que ele observou com base na atenção do CAD de forma individual com o filho, a partir da possibilidade de fazer com que ele consiga aos poucos se manter nas atividades sem desregular, aos poucos ir participando das atividades em quadra e vivenciar a parte social no parquinho. Essa participação aumenta as possibilidades de aprendizado tanto para o aluno e como para os colegas de classe, que aprendem a conviver com as diferenças, participar, conhecer e auxiliar os alunos com deficiência e levar essa inclusão para a vida.

---

<sup>6</sup> Plasticidade cerebral foi nomeada por Knorski em 1940, como sendo a capacidade cerebral para se reorganizar e adaptar novamente a partir de alguma mudança, lesão ou regeneração. (Relvas, 2015, p 106).

Com base nas falas desse tópico, surge a visão ainda mais explícita da necessidade de trazer ao foco dos próximos estudos o ensino colaborativo, para que, além do CAD, outros alunos estejam aptos a participar e favorecer o aprendizado e a convivência e todos possam aprender com o semelhante.

Para evidenciar os benefícios da presença desses alunos, Relvas (2015) nos explica como funciona o cérebro motor, que depende de quando e como esse sujeito será estimulado para realização de suas atividades. Ela explica que é sempre importante integrar o sujeito na sua plenitude biológica, psicológica e social. É necessário que os aspectos no entorno promovam qualidade de vida e autonomia do humano, onde a acolhida sempre será primordial para o sujeito construir a sua autoestima.

Oliveira nos remete às situações de inclusão nas aulas de Educação Física a partir do seu estudo:

É nesse sentido que este trabalho é proposto, especialmente por que acredito e defendo a escola inclusiva de direito. E, nesta busca pela Educação Física Inclusiva, tem-se diversas questões, como: o que faz uma prática docente inclusiva; quais são os entendimentos/concepções de aprendizagem do professor; qual o olhar dele para seus alunos; como os personagens da escola (professores, coordenadores, diretores, família) participam desse processo? (Oliveira, 2023, p. 50).

Remetendo a esses personagens citados, incluímos o CAD nessa lista, que na nossa realidade e neste estudo tem se mostrado eficaz e crucial para o processo de inclusão e participação das aulas, mas, também, a necessidade de expandir a visão de co-ensino para os diversos níveis de ensino a fim ampliar as formas de inclusão.

A partir das lições de Ramos (2023) entendemos que na educação contemporânea, a escola não é tida como apenas uma instituição de ensino de conteúdos científicos, mas sim um centro de formação de indivíduos com vistas à construção de valores e inserção social, o que fortalece a nossa perspectiva de que as aulas, muito além de apenas conteúdo, trarão vivência, socialização e visão de mundo para toda a população envolvida nessa inclusão.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, que teve como objetivo compreender a importância da participação do CAD no auxílio do aluno com deficiência ou transtornos de desenvolvimento para garantia efetiva do seu desenvolvimento integral a partir da participação nas aulas de Educação Física, identificou como aspecto relevante independente do processo de inclusão que as pessoas aprendem de formas diferentes os mesmos conteúdos, sendo elas das mesmas séries ou das mesmas classes, independentemente de ter ou não uma condição física ou comportamental diferenciada, como alguns professores de Educação Física já perceberam, a depender das dinâmicas culturais específicas, histórias de vida, ou, em se tratando de diferentes escolas, a própria história da Educação Física naquela instituição.

É visto que a aula de Educação Física, por tirar o aluno da sala de aula, propiciar o movimento do corpo em praticamente todas as aulas, tirando assim o aluno da zona de conforto que é a cadeira, a mesa, em frente ao quadro, seja trocada por um momento completamente diferente do habitual e que pode, eventualmente, gerar um imenso desconforto para aqueles que encontram dificuldade de locomoção, de regulação, audição, visão ou quaisquer condições que sejam. A zona de conforto sempre será o local mais seguro para a pessoa que lida com o diferente. Contudo, se pensarmos bem, vemos que todos somos diferentes, cada um à sua maneira, e que o momento da aula vai ser de desafio para todos, inclusive para o professor. O desenvolvimento motor de um corpo cultural é benéfico independentemente da idade, da condição e do lugar que se está, e a escola é, geralmente, o primeiro lugar da vida de uma criança onde ela vai vivenciar a cultura corporal do movimento.

Com base nesta pesquisa, observamos em apenas um comentário que podemos chamar de ponto negativo na ação do CAD na rotina, em uma fala do grupo focal onde a professora em questão debate que a profissional estaria fazendo funções que aquele aluno dependente dela seria capaz de fazê-las sozinho perfeitamente. No entanto, em todas as outras falas, foram vistas de forma clara que o CAD que traz o aluno para vivenciar as aulas de educação física ou de quaisquer modalidades, que

auxilia a manutenção do aluno naquele ambiente diferente do costumeiro durante toda a semana e seja capaz de auxiliar o professor para proporcionar ao aluno a prática, quando necessário, adaptada para ele, provam que os ganhos para o desenvolvimento social, cognitivo e motor desse estudante são imensuráveis, como vimos nas entrevistas dos pais.

O auxílio do CAD na rotina desses alunos que necessitam de acompanhamento visto nas entrevistas tem sido para além do básico estipulado pela prefeitura, ou pelo contrato que os regem. Não foram encontrados estudos acerca do atendimento desse profissional, o que dificultou o processo de análise, porém nada que tirasse a expectativa acerca das informações que obtive. Nas linhas transcritas vemos afeto, atenção, carinho além do esperado, o que favorece o aprendizado de qualquer disciplina e, indiscutivelmente, da Educação Física, haja vista que o afeto é componente crucial para que o aprendizado motor aconteça pois, enquanto um professor de Educação Física comparece apenas uma vez na semana e pode demorar dias para conquistar o afeto e a confiança desse aluno, ou até mesmo não conseguir estabelecer essa conexão direta, o CAD vai ser o mediador desse contato favorecedor dessa conexão.

Portanto, enfatiza-se o favorecimento da participação do aluno nas atividades, que ele esteja presente de fato na rotina escolar, que ele assista, vivencie, visualize e pratique o que as aulas, a escola e toda a sociedade põe em prática cotidianamente. Se a pessoa com deficiência ou transtornos de desenvolvimento se mantém reclusa, perde ela, perde a sociedade, perde o mundo! A inclusão é para todos, sejam neurotípicos ou neuroatípicos, com deficiência, qualquer que seja a sua condição, para que todos aprendam a lidar, conviver, respeitar, desenvolver e fazer com que a dignidade vire rotina.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Luiza Tanure; FIORINI, Maria Luiza Salzani; JUNIOR, Rubens Venditti. EDUCAÇÃO FÍSICA, DIVERSIDADE E INCLUSÃO: debates e práticas possíveis na escola (Organizadores). 1 ed. Curitiba: Appris, 2019.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmázio Afonso de. Etnografia da Prática Escolar. 12ª edição. Campinas-SP; Papyrus, 1995.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com texto, som e imagem: um manual prático. Traduzido por Pedrinho A. Guareschi. 10ª edição. Petrópolis- RJ: Vozes, 2012.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL, Lei nº 12.796, de 4 de Abril de 2013. Alteração da Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, p. 01, Brasília, DF, 2013.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BRASIL, Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência/ LBI). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2024.

BRASIL, Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015.

BRASIL, Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio as pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência- Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providencias. DOFC, P. 1920. Brasília, DF, 1989.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a educação especial. MEC; SEESP, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial. Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. Brasília, DF. Nota técnica SEESP/ GAB nº 19/2010.

BRASIL. Ministério da Saúde – Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde – Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Disponível em: [https://ib.rc.unesp.br/Home/Instituicao/DivisaoTecnicaAcademica/secaotecnicacademica/resolucao\\_510.pdf](https://ib.rc.unesp.br/Home/Instituicao/DivisaoTecnicaAcademica/secaotecnicacademica/resolucao_510.pdf). Acesso em: 07 jul. 2023.

BRASIL, Política Nacional de Educação Especial: um direito assegurado. Secretaria de Educação Especial. 66 pg. Brasília, DF, 1994.

COUTO, Cirlene Costa. AUTISMO E PROFESSORES: Diagnóstico precoce, inclusão escolar e rede de atenção psicossocial. 1ª edição. Curitiba: Appris, 2021.

DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA Jr, Osmar Moreira de Souza. PARA ENSINAR EDUCAÇÃO FÍSICA: possibilidades de intervenção na escola. 7ª edição. Campinas-SP: Papirus Editora, 2013.

ESCOLA PRIVADA PODE RECUSAR MATRÍCULA DE ALUNO DEFICIENTE. [www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br), 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-fev-18/escola-privada-nao-adaptar-recusar-aluno-deficiencia> . Acesso em: 10 jul 2023.

FONSECA, M. Formação docente em educação física na e para perspectiva inclusiva: reflexões sobre Brasil e Portugal. RevistAleph, n. Especial, 20 jul. 2021.

GONÇALVES, Fatima. PSICOMOTRICIDADE E EDUCAÇÃO FÍSICA: Quem quer brincar põe o dedo aqui. 1ª edição. São Paulo: Cultural RBL Editora LTDA. 2010.

GREGUOL, Márcia. NATAÇÃO ADAPTADA: Em busca do movimento com autonomia. Barueri- SP: Editora Manole, 2010.

MACHADO, Edilene de Souza, SILVA, Mabel Strobel Moreira. (organizadoras) Escola Cuiabana: cultura, tempos de vida, direitos de aprendizagem e inclusão. 1ª edição. Cuiabá-MT: Print Gráfica e Editora, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão Escolar- O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MOTA, Carol. Autismo na educação infantil: um olhar para interação social e inclusão escolar. 1ª edição. Curitiba-PR: Appris, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 30ª edição. Petrópolis- RJ: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Sandra Regina Garijo de. Um retrato da inclusão nas aulas de Educação Física por meio de dissertações e teses produzidas no Brasil.- 1 ed.- Curitiba: Appris, 2023.

RAMOS, Rossana. INCLUSÃO NA PRÁTICA: estratégias eficazes para a educação inclusiva.- 4 ed. São Paulo: Summus, 2023.

REDAÇÃO CONJUR. **Consultor Jurídico.** Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-fev-18/escola-privada-nao-adaptar-recusar-aluno-deficiencia>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

RELVAS, Marta Pires. NEUROCIÊNCIA E TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM: as múltiplas eficiências para uma educação inclusiva. 2ª edição. Editora Wak, Rio de Janeiro-RJ, 2015.

SIQUEIRA, Mônica Frigini; CHICON, José Francisco. Educação Física, autismo e inclusão: ressignificando a prática pedagógica. 1ª edição. Várzea Paulista-SP: Fontoura,2016.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2024

VYGOTSKI, L. S. A formação social da mente. 4ª edição. São Paulo-SP: Martins Fontes Editora, 1991.

## **APÊNDICES**

### **APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO**

Cuiabá-MT, 10 de Junho de 2023

Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF)

À Escola Municipal de Educação Básica Silva Freire

A/C **Sergio Henrique Lacerda**

Diretora da Unidade Educacional

**Prezada Diretora,**

O Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF) da Universidade Federal de Mato Grosso, sob a coordenação do Professor Doutor Evando Carlos Moreira, apresenta e solicita que a mestrandia Laura Yule de Alencar Alcantara, realize a coleta de dados para o desenvolvimento do seu trabalho de mestrado na Escola Municipal de Educação Básica Osmar José do Carmo Cabral, da Rede de Ensino do município de Cuiabá. O objetivo do estudo é analisar com base nas entrevistas aplicadas a importância da participação do CAD no auxílio para o desenvolvimento e participação dos alunos que necessitam do serviço para evolução no contexto escolar.

Nos procedimentos metodológicos utilizaremos como instrumento de coleta de dados uma entrevista individual, com cada aluno que faz uso do trabalho do CAD para assistência e permanência no ambiente escolar, onde deverão responder de forma presencial, no próprio ambiente escolar. As entrevistas serão agendadas com cada

aluno, se necessário com a presença dos pais ou responsáveis, e terá seu áudio gravado para que seja transcrita na sua integridade posteriormente.

Sua participação nesse trabalho fundamental ao processo de formação profissional dessa pesquisadora e também dos integrantes dessa comunidade escolar. Sua identidade e da instituição da qual faz parte serão preservadas, pois os dados serão apresentados com a maior confiabilidade e fidedignidade possível, mantendo sempre em sigilo as informações pessoais dos participantes, conforme determina o rigor científico dos trabalhos acadêmicos. Toda e qualquer dúvida poderá ser solucionada por meio do contato com o docente responsável pela orientação desta pesquisa, Profa. Dra. Márcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani, pelo telefone 65 99983-7609 ou pelo e-mail [marciacoffani@hotmail.com.br](mailto:marciacoffani@hotmail.com.br), ou também com a pesquisadora Laura Yule de Alencar Alcantara, pelo telefone 65 98133-7676 ou pelo e-mail [yulealencar@gmail.com](mailto:yulealencar@gmail.com). Agradecemos a colaboração e colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos. Atenciosamente,

---

Laura Yule de Alencar Alcantara  
Acadêmica do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional  
(PROEF) da UFMT

---

Profa. Dra. Marcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani  
Orientadora da pesquisa

## **APÊNDICE B**

### **CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PESQUISA**

**Ilma Sra Professora Elijane Gonçalves Lopes**

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF) da Universidade Federal de Mato Grosso, da mestranda Laura Yule de Alencar Alcantara, sob orientação da Professora Doutora Márcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani, com o título “O aluno com deficiência e transtornos de desenvolvimento nas aulas de Educação Física: aspectos pedagógicos para ação colaborativa do CAD”, a ser realizada na Escola Municipal de Educação Básica Osmar José do Carmo Cabral da rede Municipal de Educação, tendo como objetivo analisar com base nas entrevistas aplicadas a importância da participação do CAD no auxílio para o desenvolvimento e participação dos alunos que necessitam do serviço para evolução no contexto escolar.

Nos procedimentos metodológicos utilizaremos como instrumento de coleta de dados uma entrevista individual, com cada aluno que faz uso do trabalho do CAD para assistência e permanência no ambiente escolar, onde deverão responder de forma presencial, no próprio ambiente escolar. As entrevistas serão agendadas com cada aluno, se necessário com a presença dos pais ou responsáveis, e terá seu áudio gravado para que seja transcrita na sua integridade posteriormente.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo cumprindo as determinações éticas da Resolução nº 466/2012 CNS/CONEP, tendo a garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa. Salientamos ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para realização desse estudo.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho da Secretaria Municipal de Educação, por meio desta coordenadoria, agradecemos

antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessárias.

Cuiabá-MT, 10 de julho de 2023

---

Laura Yule de Alencar Alcantara  
Acadêmica do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional  
(PROEF) da UFMT

---

Profa. Dra. Marcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani  
Orientadora da pesquisa

Concordamos com a solicitação

Não concordamos com a solicitação

---

Elijane Gonçalves Lopes  
Coordenadora Técnica de Ensino

**APÊNDICE C**  
**SOLICITAÇÃO PARA COLETA DE DADOS**

Ilmo. Sr. **Sergio Henrique Lacerda**

Diretor da Unidade Educacional

Escola Municipal de Educação Básica Silva Freire

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF) da Universidade Federal de Mato Grosso, da mestranda Laura Yule de Alencar Alcantara, sob orientação da Professora Doutora Márcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani, com o título “O aluno com deficiência e transtornos de desenvolvimento nas aulas de Educação Física: aspectos pedagógicos para ação colaborativa do CAD”, a ser realizada na Escola Municipal de Educação Básica Osmar José do Carmo Cabral da rede Municipal de Educação, tendo como objetivo analisar com base nas entrevistas aplicadas a importância da participação do CAD no auxílio para o desenvolvimento e participação dos alunos que necessitam do serviço para evolução no contexto escolar.

Nos procedimentos metodológicos utilizaremos como instrumento de coleta de dados uma entrevista individual, com cada aluno que faz uso do trabalho do CAD para assistência e permanência no ambiente escolar, onde deverão responder de forma presencial, no próprio ambiente escolar. As entrevistas serão agendadas com cada aluno, se necessário com a presença dos pais ou responsáveis, e terá seu áudio gravado para que seja transcrito na sua integridade posteriormente.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo cumprindo as determinações éticas da Resolução nº 466/2012 CNS/CONEP, tendo a garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa. Salientamos ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para realização desse estudo.

Na certeza de contarmos com a da escola e colegas, por meio desta gestão, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessárias.

Cuiabá-MT, 10 de julho de 2023

---

Laura Yule de Alencar Alcantara  
Acadêmica do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional  
(PROEF) da UFMT

---

Profa. Dra. Marcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani  
Orientadora da pesquisa

Concordamos com a solicitação

Não concordamos com a solicitação

---

Sérgio Henrique Lacerda  
Diretor da Unidade Educacional

## APÊNDICE D

### ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Para preenchimento do estudante caso apto)

Cuiabá- MT, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Prezado (a) aluno (a), você está sendo convidado a participar da pesquisa “O aluno com deficiência e transtornos de desenvolvimento nas aulas de Educação Física: aspectos pedagógicos para ação colaborativa do CAD”, a ser realizada na Escola Municipal de Educação Básica Silva Freire da rede Municipal de Educação, tendo como objetivo analisar com base nas entrevistas aplicadas a importância da participação do CAD no auxílio para o desenvolvimento e participação dos alunos que necessitam do serviço para evolução no contexto escolar.

Seus pais ou responsáveis já concordaram com sua participação, agora queremos ter seu consentimento. A pesquisa será conduzida pela pesquisadora Laura Yule de Alencar Alcantara, docente efetiva na rede Municipal de Educação de Cuiabá e acadêmica do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF) da Universidade Federal de Mato Grosso, campus Cuiabá, sob orientação da Professora Doutora Márcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani.

O objetivo da pesquisa é analisar com base nas entrevistas aplicadas a importância da participação do CAD no auxílio para o desenvolvimento e participação dos alunos que necessitam do serviço para evolução no contexto escolar.

Os procedimentos realizados no estudo serão os seguintes: Você deverá entregar o Assentimento Livre e Esclarecido, assinado por você, e o Consentimento Livre e Esclarecido, assinado pelo seu responsável. Assim, você participará deste estudo, realizando as aulas de Educação Física durante todo o quarto bimestre que irão abordar as formas que o CAD lhe auxilia em sua rotina escolar.

Nos procedimentos metodológicos utilizaremos como instrumento de coleta de dados uma entrevista individual, com cada aluno que faz uso do trabalho do CAD para assistência e permanência no ambiente escolar, onde deverão responder de forma presencial, no próprio ambiente escolar. As entrevistas serão agendadas com cada aluno, se necessário com a presença dos pais ou responsáveis, e terá seu áudio gravado para que seja transcrita na sua integridade posteriormente.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo cumprindo as determinações éticas da Resolução nº 466/2012 CNS/CONEP, tendo a garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa. Salientamos ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para realização desse estudo.

Sua participação nesse trabalho fundamental ao processo de formação profissional dessa pesquisadora e também dos integrantes dessa comunidade escolar. Sua identidade e da instituição da qual faz parte serão preservadas, pois os dados serão apresentados com a maior confiabilidade e fidedignidade possível, mantendo sempre em sigilo as informações pessoais dos participantes, conforme determina o rigor científico dos trabalhos acadêmicos. Toda e qualquer dúvida poderá ser solucionada por meio do contato com o docente responsável pela orientação desta pesquisa, Profa. Dra. Márcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani, pelo telefone 65 99983-7609 ou pelo e-mail [marciacoffani@hotmail.com.br](mailto:marciacoffani@hotmail.com.br), ou também com a pesquisadora Laura Yule de Alencar Alcantara, pelo telefone 65 98133-7676 ou pelo e-mail [yulealencar@gmail.com](mailto:yulealencar@gmail.com) ou ainda com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Área das Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, CEP/Humanidades/UFMT, pelo telefone 65 3615-8935 ou pelo e-mail: [cephumanas@ufmt.br](mailto:cephumanas@ufmt.br) ou [cephumanas@gmail.com](mailto:cephumanas@gmail.com). Sendo assim, solicitamos a sua autorização. Caso aceite, preencha e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma ficará com você e a outra via será arquivada pelo pesquisador por cinco anos.

Agradecemos desde já sua atenção!

---

Laura Yule de Alencar Alcantara  
Acadêmica do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional  
(PROEF) da UFMT

### ASSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_,  
aceito em participar da pesquisa “O aluno com deficiência e transtornos de desenvolvimento nas aulas de Educação Física: aspectos pedagógicos para ação colaborativa do CAD”. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir. O professor/pesquisador explicou sobre a pesquisa para mim e tirou minhas dúvidas. Li e entendi este termo de assentimento e concordo em participar da pesquisa.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Assinatura do estudante:

\_\_\_\_\_

Observação: assine seu nome também na primeira página.

## APÊNDICE E

### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Para preenchimento dos pais ou responsáveis pelo estudante)

Cuiabá- MT, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Estamos convidando seu (sua) filho (a) para participar da pesquisa “O aluno com deficiência e transtornos de desenvolvimento nas aulas de Educação Física: aspectos pedagógicos para ação colaborativa do CAD”, a ser realizada na Escola Municipal de Educação Básica Osmar José do Carmo Cabral da rede Municipal de Educação, tendo como objetivo analisar com base nas entrevistas aplicadas a importância da participação do CAD no auxílio para o desenvolvimento e participação dos alunos que necessitam do serviço para evolução no contexto escolar.

Seus pais ou responsáveis já concordaram com sua participação, agora queremos ter seu consentimento. A pesquisa será conduzida pela pesquisadora Laura Yule de Alencar Alcantara, docente efetiva na rede Municipal de Educação de Cuiabá e acadêmica do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF) da Universidade Federal de Mato Grosso, campus Cuiabá, sob orientação da Professora Doutora Márcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani.

O objetivo da pesquisa é analisar com base nas entrevistas aplicadas a importância da participação do CAD no auxílio para o desenvolvimento e participação dos alunos que necessitam do serviço para evolução no contexto escolar.

Os procedimentos realizados no estudo serão os seguintes: Você deverá entregar o Assentimento Livre e Esclarecido, assinado por você, e o Consentimento Livre e Esclarecido, assinado pelo seu responsável. Assim, você participará deste estudo, realizando as aulas de Educação Física durante todo o quarto bimestre que irão abordar as formas que o CAD lhe auxilia em sua rotina escolar.

Nos procedimentos metodológicos utilizaremos como instrumento de coleta de dados uma entrevista individual, com cada aluno que faz uso do trabalho do CAD para assistência e permanência no ambiente escolar, onde deverão responder de forma presencial, no próprio ambiente escolar. As entrevistas serão agendadas com cada aluno, se necessário com a presença dos pais ou responsáveis, e terá seu áudio gravado para que seja transcrita na sua integridade posteriormente.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo cumprindo as determinações éticas da Resolução nº 466/2012 CNS/CONEP, tendo a garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa. Salientamos ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para realização desse estudo.

Sua participação nesse trabalho fundamental ao processo de formação profissional dessa pesquisadora e também dos integrantes dessa comunidade escolar. Sua identidade e da instituição da qual faz parte serão preservadas, pois os dados serão apresentados com a maior confiabilidade e fidedignidade possível, mantendo sempre em sigilo as informações pessoais dos participantes, conforme determina o rigor científico dos trabalhos acadêmicos. Toda e qualquer dúvida poderá ser solucionada por meio do contato com o docente responsável pela orientação desta pesquisa, Profa. Dra. Márcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani, pelo telefone 65 99983-7609 ou pelo e-mail [marciacoffani@hotmail.com.br](mailto:marciacoffani@hotmail.com.br), ou também com a pesquisadora Laura Yule de Alencar Alcantara, pelo telefone 65 98133-7676 ou pelo email [yulealencar@gmail.com](mailto:yulealencar@gmail.com) ou ainda com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Área das Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, CEP/Humanidades/UFMT, pelo telefone 65 3615-8935 ou pelo e-mail: [cephumanas@ufmt.br](mailto:cephumanas@ufmt.br) ou [cephumanas@gmail.com](mailto:cephumanas@gmail.com). Sendo assim, solicitamos a sua autorização. Caso aceite, preencha e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma ficará com você e a outra via será arquivada pelo pesquisador por cinco anos.

Agradecemos desde já sua atenção!

---

Laura Yule de Alencar Alcantara  
Acadêmica do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional  
(PROEF) da UFMT

### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador do RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, autorizo o estudante  
\_\_\_\_\_ a  
participar da pesquisa “A importância do CAD na assistência e participação do aluno com  
deficiência nas aulas de Educação Física”. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas  
que a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir. O professor/pesquisador explicou sobre a  
pesquisa para mim e tirou minhas dúvidas. Li e entendi este termo de assentimento e concordo em  
participar da pesquisa.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do responsável pelo estudante: \_\_\_\_\_

Observação: rubrique a página anterior.

## APÊNDICE F

### **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Para preenchimento dos professores e CADs participantes da pesquisa)**

Cuiabá- MT, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Estamos lhe convidando para participar da pesquisa “O aluno com deficiência e transtornos de desenvolvimento nas aulas de Educação Física: aspectos pedagógicos para ação colaborativa do CAD”, a ser realizada na Escola Municipal de Educação Básica Osmar José do Carmo Cabral da rede Municipal de Educação, tendo como objetivo analisar com base nas entrevistas aplicadas a importância da participação do CAD no auxílio para o desenvolvimento e participação dos alunos que necessitam do serviço para evolução no contexto escolar.

Seus pais ou responsáveis já concordaram com sua participação, agora queremos ter seu consentimento. A pesquisa será conduzida pela pesquisadora Laura Yule de Alencar Alcantara, docente efetiva na rede Municipal de Educação de Cuiabá e acadêmica do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF) da Universidade Federal de Mato Grosso, campus Cuiabá, sob orientação da Professora Doutora Márcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani.

O objetivo da pesquisa é analisar com base nas entrevistas aplicadas e grupo focal a importância da participação do CAD no auxílio para o desenvolvimento e participação dos alunos que necessitam do serviço para evolução no contexto escolar.

Os procedimentos realizados no estudo serão os seguintes: Você deverá entregar o Consentimento Livre e Esclarecido assinado por você. Assim, você participará deste estudo, participando dos estudos, entrevista e grupo focal voltados para essa pesquisa.

Nos procedimentos metodológicos utilizaremos como instrumento de coleta de dados uma entrevista individual, com cada aluno que faz uso do trabalho do CAD para assistência e permanência no ambiente escolar, onde deverão responder de forma presencial, no próprio ambiente escolar. As entrevistas serão agendadas com cada aluno, se necessário com a presença dos pais ou responsáveis, e terá seu áudio gravado para que seja transcrita na sua integridade posteriormente. Com professores e CADs, estaremos realizando um grupo focal com intuito de ouvi-los acerca das expectativas referente os trabalhos direcionados para os alunos que utilizam do serviço do CAD e suas especificações.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo cumprindo as determinações éticas da Resolução nº 466/2012 CNS/CONEP, tendo a garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa. Salientamos ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para realização desse estudo.

Sua participação nesse trabalho fundamental ao processo de formação profissional dessa pesquisadora e também dos integrantes dessa comunidade escolar. Sua identidade e da instituição da qual faz parte serão preservadas, pois os dados serão apresentados com a maior confiabilidade e fidedignidade possível, mantendo sempre em sigilo as informações pessoais dos participantes, conforme determina o rigor científico dos trabalhos acadêmicos. Toda e qualquer dúvida poderá ser solucionada por meio do contato com o docente responsável pela orientação desta pesquisa, Profa. Dra. Márcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani, pelo telefone 65 99983-7609 ou pelo e-mail [marciacoffani@hotmail.com.br](mailto:marciacoffani@hotmail.com.br), ou também com a pesquisadora Laura Yule de Alencar Alcantara, pelo telefone 65 98133-7676 ou pelo email [yulealencar@gmail.com](mailto:yulealencar@gmail.com) ou ainda com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Área das Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, CEP/Humanidades/UFMT, pelo telefone 65 3615-8935 ou pelo e-mail: [cephumanas@ufmt.br](mailto:cephumanas@ufmt.br) ou [cephumanas@gmail.com](mailto:cephumanas@gmail.com). Sendo assim, solicitamos a sua autorização. Caso aceite, preencha e assine ao final deste documento, que está

em duas vias, uma ficará com você e a outra via será arquivada pelo pesquisador por cinco anos.

Agradecemos desde já sua atenção!

---

Laura Yule de Alencar Alcantara  
Acadêmica do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional  
(PROEF) da UFMT

#### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador do RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, irei participar da  
pesquisa “A importância do CAD na assistência e participação do aluno com deficiência  
nas aulas de Educação Física”. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que a qualquer  
momento, posso dizer “não” e desistir. O professor/pesquisador explicou sobre a pesquisa para mim  
e tirou minhas dúvidas. Li e entendi este termo de assentimento e concordo em participar da  
pesquisa.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Assinatura do responsável pelo estudante: \_\_\_\_\_

Observação: rubrique a página anterior.

## ANEXO A

### Número de alunos matriculados na Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá- 2023



Gerado: 28/06/2023  
Pág.: 1

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

##### Total de Alunos Por Situação da Matrícula - 2023

<b>Região:</b> Não Selecionado	<b>Tipo de Lotação:</b> Não Selecionado
<b>Unidade:</b> Não Selecionado	<b>Turno:</b> Não Selecionado
<b>Ciclo de Vida:</b> Não Selecionado	<b>Ano/Fase:</b> Não Selecionado
<b>Matricula Web:</b> Não Selecionado	<b>Gênero:</b> Não Selecionado
<b>Idade:</b> Não Selecionado	<b>Consolidar por Ano/Fase:</b> Sim
<b>Total de Alunos:</b> 57601	

##### Situação da Matrícula: Matriculado

Ano/Fase	Nº de Alunos	Percentual
BERÇÁRIO	826	1,43%
MATERNAL	2114	3,67%
JARDIM I	3267	5,67%
JARDIM II	3862	6,70%
JARDIM II ESCOLA	219	0,38%
PRE I/PRE II	50	0,09%
PRÉ-ESCOLA I	6065	10,53%
PRÉ-ESCOLA II	6416	11,14%
1º-2º-3º-4º-5º ANOS	14	0,02%
1º ANO	6463	11,22%
2º ANO	6884	11,95%
3º ANO	6533	11,34%
4º ANO	6039	10,48%
5º ANO	4071	7,07%
6º ANO	2315	4,02%
7º ANO	640	1,11%
8º ANO	686	1,19%
9º ANO	626	1,09%
1ª FASE	140	0,24%
2ª FASE	132	0,23%
3ª FASE	165	0,29%
CCI 1º CICLO - 1º ao 5º ANO	74	0,13%
<b>Total</b>	<b>57601</b>	<b>100,00%</b>